

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE ESTADO MAIOR – CONJUNTO***

**2008/2009**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / EXÉRCITO PORTUGUÊS / FORÇA AÉREA PORTUGUESA**

**“PORTUGAL E A GUERRA DO ULTRAMAR (1961-1974), O TEATRO DE ANGOLA. A ESTRATÉGIA DO ESTADO E A METODOLOGIA DO EMPREGO DE FORÇAS”**

**CARLOS ALBERTO POMBO GUERRA DA SILVA**  
**MAJ INF**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**PORTUGAL E A GUERRA DO ULTRAMAR (1961-1974), O  
TEATRO DE ANGOLA. A ESTRATÉGIA DO ESTADO E A  
METODOLOGIA DO EMPREGO DE FORÇAS**

**Carlos Alberto Pombo Guerra da Silva**

**MAJ INF**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Lisboa 2009



Versão provisória

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**PORTUGAL E A GUERRA DO ULTRAMAR (1961-1974), O  
TEATRO DE ANGOLA. A ESTRATÉGIA DO ESTADO E A  
METODOLOGIA DO EMPREGO DE FORÇAS.**

**Carlos Alberto Pombo Guerra da Silva**

**MAJ INF**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Orientador: TCOR INF Abílio Pires Lousada

Lisboa 2009



## Agradecimentos

A realização deste Trabalho de Investigação Individual não seria possível sem a preciosa colaboração e disponibilidade de um sem número de camaradas e amigos, aos quais não quero deixar de expressar o meu reconhecimento e profunda gratidão.

O meu primeiro agradecimento pessoal é dirigido ao meu orientador, Tenente-Coronel Abílio Lousada, pela sua camaradagem, amizade, disponibilidade total, interesse e ajuda.

Uma segunda palavra, de apreço e agradecimento, às funcionárias da Biblioteca do Instituto Estudos Superiores Militares, D. Balbina, Ilda Ferreira e Arminda, que com a sua paciência e profissionalismo, me auxiliaram no fornecimento de obras e artigos que muito contribuíram para a persecução deste trabalho.

E por fim, aos meus pais e ao meu irmão Pedro, pelo incentivo ao longo deste ano de curso e por estarem sempre presentes.

Quero ainda deixar uma palavra amiga e de reconhecimento a todos os camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto 2008-2009, pelo apoio, companheirismo e longas horas que passámos juntos.

Bem-haja a todos.

*À Dalila minha esposa, pelo apoio e compreensão que sempre revelou. Ao Diogo e à Filipa, o meu pedido de desculpa pelo pouco tempo que lhes dediquei.*



## Índice

Resumo .....	V
Abstract .....	VI
Palavras-chave .....	VII
Lista de abreviaturas .....	VIII
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
a. Importância do estudo e justificação do Tema .....	1
b. Objectivos da investigação .....	1
c. Delimitação do Assunto .....	2
d. Metodologia .....	3
e. Índice explicativo .....	3
<b>2. Portugal no Contexto Estratégico Internacional. A Descolonização .....</b>	<b>5</b>
<b>3. As Forças Armadas Portuguesas no Preludio da Guerra do Ultramar .....</b>	<b>12</b>
a. O emergir da guerra .....	12
b. A readaptação do Aparelho Militar e a Doutrina Estratégica .....	13
<b>4. Os Movimentos Subversivos em Angola .....</b>	<b>20</b>
a. A emergência da Subversão .....	20
b. Organização e Implantação Territorial .....	21
c. Modus operandi .....	23
<b>5. As Forças Armadas Portuguesas no Teatro de Operações de Angola.</b>	
<b>A Metodologia de Emprego de Forças .....</b>	<b>27</b>
a. Estratégia Militar Geral .....	28
b. Áreas de intervenção e metodologia de Emprego de Forças .....	32
c. A Dicotomia Política e Acção Militar no Contexto da Guerra .....	36
<b>6. Conclusões .....</b>	<b>40</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>44</b>



## **Índice de Apêndices**

APÊNDICE 1 – Corpo de Conceitos.....	Apd 1-1
APÊNDICE 2 – Entrevista ao Sr. Professor Doutor Adriano Moreira.....	Apd 2-1
APÊNDICE 3 – Entrevista ao Sr. Coronel Infantaria Oliveira Marques.....	Apd 3-1

## **Índice de Anexos**

ANEXO A - Mapa de ANGOLA em 1960.....	Anx A-1
ANEXO B - Mapa das Etnias de Angola.....	Anx B-1
ANEXO C - Acções da UPA em 15 e 16 Março de 1961.....	Anx C-1
ANEXO D - Reocupação Militar do Norte de ANGOLA.....	Anx D-1
ANEXO E - Regiões Militares em 1960.....	Anx E-1
ANEXO F - Regiões Militares em 1962.....	Anx F-1
ANEXO G - Implementação das Regiões Militares do MPLA.....	Anx G-1
ANEXO H - Região de influência da UNITA.....	Anx H-1
ANEXO I - Ofensiva no Leste de Angola pelo MPLA.....	Anx I-1
ANEXO J - Rota Agostinho Neto.....	Anx J-1
ANEXO K - Operação Viriato.....	Anx K-1
ANEXO L - Dispositivo das Forças portuguesas no TO de 1961 até 1974.....	Anx L-1
ANEXO M - Dispositivo Naval 1970 Angola.....	Anx M-1
ANEXO N - Dispositivo da Força Aérea.....	Anx N-1
ANEXO O - Implantação dos movimentos em 1974.....	Anx O-1



## **Resumo**

O tema retrata a Guerra do Ultramar, focado no Teatro de Operações de Angola (1961-1974), e tem como objectivo analisar os factos ocorridos durante este período da Historia Militar Portuguesa.

Assim, referem-se as razões que levaram à reorganização militar de 1937, os motivos que nortearam a postura portuguesa na guerra civil de Espanha, a neutralidade na II GM, as razões geopolíticas que conduziram Portugal à integração na OTAN, as vicissitudes da adesão à ONU, em 1955, e as pressões internacionais relativamente à colonização africana.

O Estado Novo reorganizou-se ao nível das estruturas de Defesa Nacional e das FFAA para fazer face a uma guerra de cariz subversivo, em território africano, a milhares de quilómetros de distância. FFAA que, à data, estavam vocacionadas para actuar numa guerra convencional no espaço continental europeu. Impedido de utilizar os meios OTAN em África, o Estado obteve meios militares em alguns países na Europa, que não se opunham à política ultramarina de Portugal.

No âmbito da guerra, caracterizaram-se os principais movimentos de subversão que emergiram em Angola. O primeiro movimento a surgir foi a UPA/FNLA, que iniciou as hostilidades a Norte e foi o originador do inicio da guerra, com as acções de 15 de Março de 1961. De seguida interveio o MPLA, por volta de 1964, com acções contra as FFAA também a Norte e em Cabinda. Mais tarde surge a UNITA, em 1966, a iniciar as hostilidades a Leste do território.

Entretanto, a guerra seguiu o seu curso, guerra que se prolongou e evoluiu em três fases distintas, entre 1961 e 1974. A primeira fase decorreu praticamente a Norte do território, durou até 1966 e fez com que as FFAA garantissem o domínio da região. A segunda fase, que persistiu até 1971, foi fundamental para o desfecho final da guerra, pois as FFAA mantiveram a reiteração do esforço a Norte mas, simultaneamente, foram acauteladas a investida a Leste, por parte da subversão. Por fim, a terceira fase em que as FFAA mudam o seu esforço de guerra para Leste, impedindo implacavelmente o avanço subversivo, empurrando-o definitivamente para fora das fronteiras, que culminou com um controlo militar das FFAA em praticamente todo o território.

Assim, a doutrina estratégica e a metodologia de emprego de forças no TO de Angola contribuiu inequivocamente para a estratégia que foi definida pelo Estado Português.



## **Abstract**

The theme focuses the period of the war particularly the overseas theater of operations in Angola (1961-1974). Its main objective is to present and clarify events of the Portuguese Military History, which took place during that period .

To achieve this goal the study starts by describing the reasons which led to the military reorganization of 1937, then it also explores: the reasons that guided the Portuguese neutrality in the Spanish Civil War and Second World War; the reason that led Portugal to be invited to join NATO and the decision of starting a war.

The structures of National Defense and the Armed Forces were reorganized to face a war, thousands of miles away and in African territory. The Armed Forces at the time, were only prepared to fight a conventional war, as it could be fought in an European country. Prevented from using NATO resources in Africa, this problem was solved with the help of some countries in Europe, which supported, or at least were not against the Portuguese overseas policy.

The first movement to emerge in Angola was the UPA / FNLA, which started the hostilities in the North and began the war following the events of 15 March 1961. Then the MPLA appeared around 1964, with actions against Armed Forces also in the North and in Cabinda. Later appeared UNITA, which started the hostilities, but in the eastern territory.

The war had three distinct phases. The first phase took place mostly in the northern territory; it lasted until 1966 and ensured the Armed Forces supremacy in the area. The second phase, until 1971, was crucial to the final outcome of the war. The Armed Forces acted like in the North, but aware of a subversive assault from the east. Finally, the third phase when the Armed Forces efforts moved to the east, ending with a victory of the Armed Forces.

It is concluded that the strategic doctrine and methodology of employing the forces contributed positively to the strategy defined by the Portuguese State.



## **Palavras-chave**

Angola

Estratégia

Estado Novo

Contra Subversão

Guerra do ultramar

Movimentos de Libertação



## Lista de abreviaturas

<b>A</b>		<b>O</b>	
AB	Aeródromo Base	OPEP	Organização dos Países Exportadores
AM	Aeródromo de Manobra	ONU	Organização das Nações Unidas
<b>B</b>		OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
BA	Base Aérea	<b>P</b>	
<b>C</b>		PCA	Partido Comunista de Angola
CCP	Companhia de Caçadores Pára-quedistas	PDA	Partido Democrático de Angola
CIOE	Centro de Instrução de Operações	PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
CIC	Centro de Instrução de Comandos	PLUA	Partido da Luta Unida dos Africanos
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional	<b>R</b>	
CDM	Conselho de Defesa Militar	RM	Regiões Militares
<b>D</b>		RA	Região Aérea
DFE	Destacamento de Fuzileiros Especiais	<b>S</b>	
<b>E</b>		SMO	Serviço Militar Obrigatório
EUA	Estados Unidos da América	<b>T</b>	
EPLA	Exército Popular de Libertação de Angola	TN	Território Nacional
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola	TO	Teatro de Operações
<b>F</b>		<b>U</b>	
FFAA	Forças Armadas Portuguesas	UPA	União dos Povos de Angola
FAP	Força Aérea Portuguesa	URSS	União das Republicas Socialistas Sovieticas
FN	Fuzileiros Navais	UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola	<b>Z</b>	
FLN	Frente de Libertação Nacional	ZIL	Zona de Intervenção Leste
<b>G</b>		ZIN	Zona de Intervenção Norte
GE	Grupos Especiais	ZIS	Zona de Intervenção Sul
GEP	Grupos Especiais Pára-quedistas	ZIC	Zona de Intervenção Centro
GM	Guerra mundial		
GRAE	Governo da República de Angola no Exílio		
<b>I</b>			
IAEM	Instituto de Altos Estudos militares		
<b>L</b>			
LDP	Lancha de Desembarque Pequena		
LDM	Lancha de Desembarque Média		
LDG	Lancha de Desembarque Grande		
LFG	Lancha de Fiscalização Grande		
LFM	Lancha de Fiscalização Média		
LFP	Lancha de Fiscalização Pequena		
<b>M</b>			
MINA	Movimento para a Independência Nacional de Angola		
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola		



## **1. Introdução**

### **a. Importância do estudo e justificação do Tema**

No âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2008-2009, frequentado no Instituto de Estudos Superiores Militares, a realização de um trabalho que entra nas esferas do conhecimento de disciplinas como a Geopolítica, a Estratégia, a História Militar e a Conflitualidade Internacional, permite uma conjugação de factores que resulta numa ferramenta para abordar e clarificar factos ocorridos durante o período da guerra do ultramar (1961-1974).

O ciclo da História de Portugal, que se pretendeu abordar, decorreu num passado recente, havendo protagonistas vivos dos acontecimentos, passíveis de dar contributos e prestar esclarecimentos dos factos ocorridos durante a guerra. Pelas razões apresentadas, julga-se que o tema seleccionado suscitará ainda a atenção dos portugueses em geral e a da família militar em especial. Este tema reveste-se de particular interesse, porque traz à memória realidades ocorridas, pretendendo-se que sejam abordadas, de forma racional e objectiva, capaz de perceber conjunturas actuais ao nível político-militar. Portanto, o período da Guerra do Ultramar constitui-se como um «laboratório in-vitro» de acontecimentos militares, útil para observar experiências e recolher ensinamentos na busca de contributos para o conhecimento, que incrementam valor no saber histórico-militar. Devo referir ainda que serviu de motivação acrescida, para a realização deste trabalho, o facto de ter nascido em Luanda, em 1966, e de o meu pai ter sido combatente no teatro e operações de Angola.

### **b. Objectivos da investigação**

Perante o tema proposto, pretendeu-se ilustrar a actuação do Estado Português e das Forças Armadas face à motivação e às causas que levaram Portugal a envolver-se na Guerra no Ultramar, focado o teatro de operações de Angola. É de primordial importância compreender os antecedentes político-militares, externos e internos, que imperaram no período compreendido entre 1956 e 1961, que levaram o Estado Novo a delinear uma estratégia específica para fazer face aos acontecimentos emanados de África.

Assim, será importante realçar as razões da não descolonização de Portugal, compreender politicamente o projecto ultramarino do Estado Novo e quais os argumentos diplomáticos esgrimidos no “fora” internacional. Como sabemos, a oposição internacional às políticas Ultramarinas contra o governo português foi-se intensificando, gradualmente, desde 1956 até 1960, nomeadamente no âmbito da ONU, obrigando o Estado a reajustar o discurso ultramarino.



Será feita especial referência ao ano de 1961, em que importantes acontecimentos internos abalaram as estruturas do Estado Novo: em 23 de Janeiro, ocorreu o assalto ao paquete Santa Maria pelo Capitão Henrique Galvão, no âmbito da chamada Operação Dulcineia; a sublevação de 13 Abril de 1961, em que estiveram implicados elementos das Forças Armadas, entre eles o próprio ministro da Defesa, General Júlio Botelho Moniz; a ocupação, em 18 de Dezembro, pela União Indiana, dos territórios de Goa, Damão e Diu; e por fim, na madrugada da última noite desse ano (31 Dezembro), dá-se o assalto ao quartel de Beja (Regimento de Infantaria 3), comandado pelo Capitão Varela Gomes e Manuel Serra.

Pretendeu-se também dar a conhecer a organização militar portuguesa num período que percorre a reforma militar de Dezembro de 1937, uma estrutura assente numa defesa de fronteiras, acautelando uma possível ameaça armada ao território nacional, por Espanha. Segue-se o ano de 1949, uma política de defesa colectiva com a adesão de Portugal à OTAN, implicando nova reorganização do dispositivo territorial e doutrinas, já menos preocupado com a defesa da fronteira. Encerra com a preparação para a guerra no ultramar, que vai alterar profundamente a estratégia militar do estado para fazer face à tipologia do adversário e adversidade do terreno. De permeio, caracterizar-se-á a Subversão, a sua origem e os seus ideais políticos, os apoios internacionais que dispunha, metodologia de actuação, as regiões de implementação e operacionalidade ao longo do conflito. Far-se-á especial referência às regiões de actuação das Forças Armadas Portuguesas analisando, no âmbito da Estratégia Operacional, a metodologia de emprego de forças. Por fim, analisar-se-á se essa metodologia de emprego contribuiu para a estratégia que o Estado Português definiu para a Guerra do ultramar, ou seja, a análise de resultados da guerra após 13 anos face à estratégia utilizada.

### **c. Delimitação do Assunto**

Este trabalho visa alcançar objectivos de estudo centrados na análise estratégica e histórico – militar, concretamente:

- Enquadrar Portugal no contexto geopolítico e estratégico da conjuntura internacional antes da guerra.
- Descrever o processo político que antecedeu o levantamento subversivo em Angola que conduziu ao início da guerra.
- Identificar as características do aparelho militar existente em Portugal antes do conflito e as transformações a que procedeu para fazer face a uma nova tipologia de ameaça.



- Caracterizar a actuação das forças armadas Portuguesas no TO em Angola.
- Identificar as regiões do teatro de Angola onde essa actuação se materializou.
- Caracterizar os movimentos subversivos, a sua origem, organização, modo de actuação, áreas de implementação e apoios externos.

Excluem-se desta abordagem qualquer descrição pormenorizada das campanhas ocorridas em Angola, durante este período no contexto da Guerra do Ultramar.

#### **d. Metodologia**

Na execução deste trabalho seguimos a metodologia da investigação científica, utilizando o Método Dedutivo. As ferramentas de estudo utilizadas são a Geopolítica, a Estratégia e a História Militar. Realizaram-se duas entrevistas a entidades reputadas no tema em análise visando recolher tópicos e orientações para o estudo. Em paralelo, efectuou-se uma pesquisa documental entre a vasta bibliografia publicada sobre a Guerra do Ultramar, sítios da internet e artigos de revistas especializadas em assuntos militares.

Formulou-se a seguinte questão central a fim de nortear a investigação a desenvolver:

***“De que forma a doutrina estratégica e a metodologia de emprego de forças no Teatro de operações de Angola contribuiu para a estratégia definida pelo Estado Português?”***

Desta questão central decorreram as questões derivadas<sup>1</sup> (QD) a investigar e que a seguir se enumeram:

***QD 1 – De que forma, no âmbito da Estratégia Genética e Estrutural, o Estado Português se readaptou à guerra?***

***QD 2 – Qual a tipologia da ameaça, áreas de actuação e métodos de combate utilizados?***

***QD 3 – Em que medida é que os movimentos de subversão condicionaram a acção militar e catalisaram a acção psico-social?***

***QD 4 - No âmbito da estratégia operacional, qual a metodologia de emprego do aparelho militar Português durante a guerra?***

#### **e. Índice explicativo**

Feita a introdução, segue-se o capítulo 2 que compreende o enquadramento geopolítico de Portugal no panorama internacional, no período antes da guerra (1949-1960) e a sua posição no plano político e estratégico - militar face à evolução dos movimentos africanos em Angola. É feita uma abordagem que percorre o período que se

---

<sup>1</sup> Estas serão a base da análise e será através das respostas obtidas que se espera encontrar a solução para a questão central. Indicam o caminho a percorrer e mantêm a orientação, evitando a dispersão.



inicia em 1936, com a Guerra civil de Espanha, que levou à reorganização do Exército e ao apoio do regime de Franco, passando pela II Guerra Mundial, com a neutralidade Portuguesa e a importância dos Açores. Segue-se a adesão à OTAN, que amplia as boas relações entre Portugal e os EUA e infere das vantagens para o campo da defesa nacional. É também abordada a entrada, em 1955, na ONU e a luta diplomática aí travada contra as pressões para a descolonização, e a conferência de Bandung, que aumentou as pressões e, por fim, foca-se o crucial ano de 1961 para o Estado Novo.

O capítulo 3 abordará as causas da emergência da guerra, fazendo particular referência aos acontecimentos de 04 de Fevereiro e 15 de Março, assim como as transformações efectuadas ao nível do aparelho militar para fazer face à ameaça e a doutrina de emprego das Forças Armadas Portuguesas antes da guerra.

No capítulo 4 foca-se a origem dos Movimentos subversivos, nomeadamente a FNLA, MLPA e a UNITA. Estes Movimentos são caracterizados referindo-se quais as causas do seu aparecimento, as lideranças, quais as formas de actuação e tácticas utilizadas durante a guerra. Serão referenciadas as regiões do TO de Angola onde se implantaram para efectuar as suas operações, os fins a que se propunham e os auxílios externos que recebiam.

No capítulo 5 far-se-á referência às regiões de actuação das FFAA analisando, no âmbito da Estratégia Operacional, a metodologia de emprego de forças. Será feita alusão às fases da guerra, particularmente ao período antes de 1961 e aos períodos que se sucedem, entre 1961 e 1974. É feita referência à nova doutrina de contra subversão, assim como a forma como o Estado resolveu o problema de efectivos para dar continuidade à guerra. São focadas ainda as acções económicas, sociais e psicológicas feitas pelo Estado, assentes no apoio efectuado pelas FFAA, bem como as acções por estas efectuadas neste âmbito.

Tecer-se-ão as conclusões julgadas por pertinentes, que foram resultantes dos capítulos anteriores para que, concertadamente, se obtenha a resposta fundamentada à questão central. Por último, focar-se-ão os ensinamentos recolhidos de 13 anos de guerra no TO de Angola.



## 2. Portugal no Contexto Estratégico Internacional. A Descolonização.

A Revolta Militar de 28 de Maio de 1926 e o “Estado Novo”<sup>2</sup> que se lhe seguiu, constituíram uma necessidade resultante da situação caótica e de ruptura a que a Primeira República havia conduzido o país, nos vários sectores da vida nacional.

A Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo herdaram um exército exponenciado, saído da participação na I GM e que exigia uma reorganização profunda. Assim “em 1937, e sob a orientação de Oliveira Salazar, simultaneamente Presidente do Conselho e Ministro da Guerra, e com (...) o Sub-Secretário de Estado do Exército, Capitão Santos Costa, (...) surgiu uma reorganização que alterando profundamente a anterior, vai manter-se nas suas linhas mestras durante cerca de quarenta anos” (Moreira, Ramalho, 2007:265).

São mantidos dois exércitos<sup>3</sup>, o metropolitano e o colonial que, (...) “*embora obedecendo a princípios orgânicos comuns (...) instrução tática e técnica das tropas e o seu emprego em campanha*”, possuíam vocações estratégicas diferenciadas (Lousada, 2007: 88). A principal diferença é que o exército colonial tinha uma orientação estratégia, uma organização militar, armamento e equipamento especificamente vocacionado para ocupar e pacificar a África Portuguesa, a partir de 1895, enquanto o exército metropolitano estava vocacionado para, garantir a individualização e a soberania da metrópole. Situação que conduziu a uma implantação territorial e uma organização estratégica vocacionadas para a defesa de fronteiras assente num exército de massas (Lousada, 2007: 88). Assim, (...) “*foi feita a divisão em 5 regiões militares<sup>4</sup> no continente e dois comandos militares nas ilhas, um nos Açores e outro na Madeira.*” (...) “*A unidade previsível de constituição, foi a Divisão, não sendo nunca considerado o Corpo de Exército, como unidade territorial*” (Moreira, Ramalho, 2007:265). Foram definidos os mecanismos para, através da mobilização, passar da organização do exército em tempo de paz para um exército pronto a actuar em campanha num reduzido número de dias (Lousada, 2007: 88).

Esta reorganização aconteceu devido a três factores essenciais: primeiro, porque lavrava a guerra civil de Espanha e o Presidente do Conselho estava preocupado com o rumo que essa guerra podia assumir e as consequências que daí poderiam advir para Portugal<sup>5</sup>; segundo, porque era essencial reduzir os excessivos efectivos herdados da 1ª

<sup>2</sup> Regime político que vigorou em Portugal durante 41 anos, desde 1933 até 1974.

<sup>3</sup> Em semelhança com a organização de 1889-1891.

<sup>4</sup> Com sedes no Porto, Coimbra, Tomar e Évora e o Governo Militar em Lisboa.

<sup>5</sup> “ (...) regressa o perigo revolucionário e isso confirma os receios de Salazar quanto à incompatibilidade política de uma coabitação de regimes opostos no espaço peninsular” (Barata, Teixeira, 2004: 36).



Grande Guerra e a operacionalização de meios; por último, era fundamental centralizar competências.

**A guerra civil Espanhola** eclodiu em 18 de Julho de 1936 com a Espanha dividida em dois campos militares e políticos opostos: uma ideologia fascista dos apoiantes de Franco e uma ideologia comunista, dos apoiantes de Azãna (Barata, Teixeira, 2004: 36). Para o Estado Português, este foi um acontecimento marcante pois, além de pôr em causa a segurança da fronteira terrestre, corria-se o risco da subida ao poder espanhol de um regime comunista. Assim, o Estado Novo, ideologicamente próximo do regime do General Franco, vai dar o apoio<sup>6</sup> necessário aos nacionalistas espanhóis, apoio esse essencial para a instauração na capital espanhola de um regime que não pusesse em causa a continuidade do Estado Novo (Lousada, 2007: 84).

De facto, com a II GM às portas e a certeza que, à semelhança da neutralidade portuguesa, a neutralidade espanhola era essencial<sup>7</sup>, o Estado Português procurou assim que a neutralidade fosse assumida por Espanha no conflito que se avizinhava em parceria com Portugal. O apoio do Estado Novo aos nacionalistas espanhóis levou a que ambos os países assinassem, em 17 de Março de 1939, o Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e Espanha, que consolidaram em 29 de Julho de 1940, com o Pacto Ibérico (Delgado, 1980: 188-193).

**Na 2ª Guerra Mundial** (1939-1945), Portugal pretendeu preservar a neutralidade não entrando no conflito, conseguindo-a após uma hábil acção diplomática feita pelo Estado. Mas esta neutralidade surgia condicionada porque Portugal era produtor de volfrâmio, essencial para a máquina industrial armamentista dos beligerantes e, ao mesmo tempo, possuía um vasto território espalhado pelo mundo. Realmente, “*o triângulo estratégico Metrópole – Açores - Madeira motivava, à Alemanha, a invasão do primeiro vértice, e à Inglaterra e aos EUA a ocupação dos outros dois (...) Timor encontrava-se na esfera de «co-prosperidade» japonesa (...) e dos interesses estratégicos da Austrália*” (Lousada, 2007: 85). Com o evoluir da Guerra, e já no ano de 1943, garantida definitivamente a neutralidade peninsular, a política externa portuguesa pôde então evoluir para uma neutralidade colaborante, com a concessão de facilidades aos aliados na

---

<sup>6</sup> Este apoio foi feito através de: o envio de um corpo de militares voluntário «Os Viriatos» que integraram a Legião Estrangeira, facilitado o trânsito de homens e material de guerra através do TN, fornecimento de produtos alimentares, além de, facilidades de utilização da rádio e da imprensa nacionais.

<sup>7</sup> Com a II GM surge a possibilidade da invasão da metrópole pelas forças Alemãs e das ilhas pela Grã-Bretanha e pelos EUA. O Poder Português assumia a neutralidade mas, esta só podia existir se a Espanha também a assumisse, sabendo-se porém que a aproximação de Franco a Hitler era muito forte e não se passando o mesmo entre Salazar e Hitler. O esforço diplomático que foi desenvolvido e que teve sucesso fez com que Portugal e Espanha se unissem em um único bloco e vincassem a sua neutralidade.



utilização dos Açores<sup>8</sup>, fruto da sua importância estratégica, principalmente para os Estados Unidos e Inglaterra, e com a venda de volfrâmio aos beligerantes (Barata, Teixeira, 2004: 49-50). Com o seu desempenho diplomático, o Estado Novo resguardou a população dos efeitos devastadores da guerra, com uma postura política ideologicamente próxima do Eixo e, a par da aliança que mantinha com o Reino Unido, conseguiu manter uma política de neutralidade, contribuiu para que a Espanha se mantivesse neutral<sup>9</sup>, garantiu o apoio oportuno com a concessão de facilidades nos Açores às forças aliadas, obteve a manutenção dos objectivos nacionais formulados no início da guerra, a segurança externa e a dualidade peninsular, a integridade colonial e a sobrevivência política do Estado Novo (CECA, 1988:105). Uma das razões que também contribuiu para a neutralidade portuguesa foi o estado de reorganização em que se encontravam as Forças Armadas Portuguesas antes da guerra. Apesar de ter sido levantada uma Divisão moderna e de se ter formado o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), as FFAA enfrentaram toda a II GM em contínua reorganização, ou seja, não estavam preparados para o conflito. A Marinha encontrava-se numa situação pior pois o seu plano de rearmamento foi interrompido antes mesmo do início da guerra (Barata, Teixeira, 2004: 52).

Em 04 de Abril de 1949, Portugal é convidado a assinar o tratado de Washington e torna-se membro fundador da Aliança Atlântica. A adesão de Portugal à **OTAN** foi um dos marcos mais marcantes da política externa do Estado Português, que só a entrada na ONU, em 1955, e a controvérsia internacional à volta da política colonial do Estado Novo colocaram em causa. “(...) *A entrada na OTAN, alterou qualitativamente, as relações bilaterais entre os dois países, em particular no campo da defesa*” (Teixeira, 1995: 809).

O convite feito a Portugal deveu-se à vantagem do poder funcional dos Açores. A sua posição estratégica era fundamental em termos de uma ofensiva aérea estratégica, assim como ponte aérea para o rápido reforço do Norte de África e do Médio Oriente. Era assim vital como ponte para projecção de poder dos EUA. Como consequência, a entrada na Aliança trouxe grandes benefícios para a política de defesa, porque as FFAA sofreram um processo de reestruturação, que incluiu o reequipamento e recepção de material de guerra, uma completa formação e especialização profissional dos quadros militares, uma renovação da doutrina militar, assim como variadíssimas reformas ao mais alto nível das FFAA (Telo, 1996: 226). “*Cria-se, não um Ministério da Defesa, embora o nome seja esse, mas sim um Ministro da Defesa, com um mínimo de poderes directos, aos quais se*

<sup>8</sup> Utilização da base de Santa Maria pelos americanos e a das Lajes pelos Ingleses.

<sup>9</sup> O alinhamento com o eixo iria pôr em perigo a independência do TN e o controlo do Atlântico.



subordina o CEMGFA. Mantêm-se os Ministérios da Marinha e do Exército, com um autonomia ainda substancial (...) enquanto se promete a formação de um organismo para (...) a Força Aérea” (Telo, 1996: 228).

Este processo permitiu a aproximação das forças armadas nacionais à dos seus homólogos da aliança e a execução dos compromissos<sup>10</sup> assumidos com a OTAN, pois a aliança pretendia que Portugal evoluísse para um eficiente aparelho aero-naval, em detrimento dos contingentes de massa até então existentes (Teixeira, 1995: 811). Estrategicamente, com a entrada na aliança, “o dispositivo geopolítico do País tornou-se claramente Atlântico” que “(...) associada ao facto da sua base geoeconómica estar em África, originou um afastamento do continente europeu (...)” (Lousada, 2007: 85).

Começava, entretanto, a evoluir em África a organização e a acção agitadora dos movimentos de libertação. O Estado Português, devido à OTAN não incluir a defesa das Províncias Ultramarinas dos seus aliados em África, foi obrigado a definir uma estratégia própria para aqueles territórios.

Portugal entra na ONU a 14 de Dezembro de 1955, após um acordo entre a URSS e os EUA. A revisão constitucional de 1951,<sup>11</sup> que integrou o acto colonial de 1930, tinha como fim isentar Portugal do art.º 73 do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas<sup>12</sup>. Portugal começava a perceber que a ONU o tinha levado para a vanguarda das lutas anticolonialistas, transformando-o num problema para a política ultramarina do Estado Novo, na medida em que a organização propugnava o direito à autodeterminação dos povos (Ribeiro, 2004: 209). Esses problemas vieram a agudizar-se com a aprovação da Resolução 1514<sup>13</sup>, em 1960. Portugal não aceitou a resolução, porque propugnava o seu enquadramento naquela resolução. A diplomacia portuguesa esgrimia assim na Assembleia Geral, onde já existiam blocos Afro-asiáticos<sup>14</sup>, argumentos contra os factos apresentados, advogando que, Portugal era possuidor de Províncias Ultramarinas e não colónias<sup>15</sup> (Albuquerque, 2008: 133).

<sup>10</sup> Os compromissos traduziam-se no contributo de Portugal para o sistema defensivo da Aliança, com a criação da 3ª Divisão de Infantaria “Nuno Álvares”, Independente e com vista ao seu emprego na Europa. Organizou-se e armou-se com o que de mais moderno havia na época onde as unidades de combate e os Serviços tinham material igual ao dos aliados. A Marinha e a Força Aérea tinham a missão de luta anti-submarina e patrulhamento do Atlântico Norte dentro dos comandos da Aliança. E ainda a facilidade de utilização de bases nos Açores por parte das forças aliadas, nomeadamente os EUA.

<sup>11</sup> Revisão constitucional que integrou o Acto Colonial de 1930 na CRP em 1951.

<sup>12</sup> Que obrigava os membros que administrassem territórios coloniais a comunicar regularmente, ao Secretário-geral da ONU, informações sobre a forma como os preparava para a autodeterminação.

<sup>13</sup> Que ilegalizava toda a prática colonial, interpretando o art.º 73.

<sup>14</sup> Estes Blocos Africanos e Asiáticos tinham muito poder na assembleia porque votavam em conjunto.

<sup>15</sup> Como estava preconizado na Constituição da Republica com a integração do acto colonial em 1951.



Ao mesmo tempo que a diplomacia era confrontada nas NU, o Estado Novo invertia a sua estratégia. A sua prioridade era agora África em detrimento da OTAN, da Europa e da Espanha. O aparelho militar teria que sofrer alterações para fazer face à nova tipologia de guerra que iria surgir. Era preciso uma nova visão da organização, sendo nomeado, em 1958, o General Botelho Moniz como Ministro da Defesa, com a missão de reorganizar o aparelho militar para uma guerra subversiva que fluía em África. Assim, durante este período, as relações entre Portugal e a ONU sofreram uma tensão crescente, que foram denegrindo a imagem de Portugal na Organização (Afonso, Gomes, 2000: 49).

Em 1954, ano que precedeu a **Conferência de Bandung**, aconteceram uma série de factos na Ásia e em África que puseram em curso uma nova era para os povos colonizados. Ocorreram as primeiras descolonizações efectuadas por outros países, algumas de forma pacífica, outras pela força das armas, nomeadamente na Argélia, Indochina, Tunísia e Indonésia, país onde, em 1955, se organizou a conferência de Bandung e onde estiveram representados países de África e Ásia (Ribeiro, 1981:33). Esta conferência, a par com o aparecimento das NU, vai marcar um ponto de viragem na luta dos países colonizados. Aqui é reforçado o direito à autodeterminação dos povos, já proferida nas Nações Unidas e vinca-se a afirmação do direito à auto-determinação pela força, se necessário. É também a partir daqui que a pressão americana para Portugal descolonizar aumenta, ao mesmo tempo que é impedida a utilização do material OTAN no ultramar, principalmente os meios aéreos. Esta pressão da administração Kennedy acontece durante a guerra fria quando as duas grandes potências começam a aperceber-se do potencial estratégico e, principalmente, económico de África.

Assim, a vontade de cravar a lança de influência em África pelos EUA seria mais facilmente feita com Estados Independentes do que com Províncias de outros Estados. Consequentemente, o Presidente do Conselho “ (...) apoiado na premissa *advogada de que as Províncias Ultramarinas eram território integrante do conjunto unitário português, não enveredou pela cedência de soberania de parcelas nacionais (...)* (Lousada 2007: 86). Portanto, pressionado pelos EUA para descolonizar, sem o apoio de Inglaterra mas com “*um realinhamento com a França e Alemanha que apoiavam a política ultramarina portuguesa*” (Amaral, 1995: 58), toma a decisão irredutível de avançar para o ultramar. Foi iniciado o processo de alteração das prioridades de organização e preparação das forças armadas, feita pelos Oficiais nacionais, convictos de que a evolução política internacional levaria a um conflito no ultramar (Ribeiro, 2004: 208).



Segue-se o **ano agitado de 1961** que marca uma viragem na História do Estado Novo. Na madrugada de 22 de **Janeiro de 1961**, o Capitão Henrique Galvão toma de assalto o paquete “Santa Maria”, que havia largado de Lisboa em 08 de Janeiro, numa operação que viria a ficar conhecida por Operação Dulcineia. Henrique Galvão visava chamar a atenção internacional para uma reforma profunda que levasse os territórios ultramarinos ao caminho da autodeterminação. Este acto foi desencadeado propositadamente durante o período de hostilidade<sup>16</sup> internacional que Portugal sofria face à política do seu regime, reforçado com a subida de Jonh Kennedy à presidência dos EUA (CECA;1998:137-138).

Assim, em **04 de Fevereiro**, dão-se os primeiros acontecimentos que iriam marcar o início da insurreição em Angola. Efectivamente “*ainda Portugal não se tinha referido dos acontecimentos ocorridos com o Santa Maria, quando na madrugada de 04 de Fevereiro, na cidade de Luanda, (...) grupos de negros investem contra a Casa de Reclusão Militar, a Esquadra da Policia de Segurança Publica Móvel e as Cadeias Civis*” (Nogueira, 1988:204). As consequências desta acção, reivindicada pelo MPLA, foram imediatas, resultando muitas mortes entre a população de cor. Enquanto aconteciam estes incidentes em Luanda, fluía na ONU uma situação altamente desfavorável a Portugal, em que a Libéria aprontava uma moção para que a situação em Angola fosse avaliada, vindo mais tarde a apresentá-la no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Nogueira, 1988:204).

Depois, em **15 de Março**, na região dos Dembos, grupos de negros oriundos do Ex-Congo Belga atravessam o rio Zaire e invadem o Norte de Angola. Esta acção, coordenada pela UPA, tinha como objectivo impulsionar e acelerar a guerra subversiva e chamar a atenção na ONU para a questão de Angola. “*Em meia dúzia de dias o Norte de Angola transformou-se num mar revolto de sangue*” (Afonso, Gomes, 2000:27). Os civis defenderam-se como puderam, os efectivos militares e policiais eram escassos e, entretanto em Portugal, o governo parecia inerte face aos últimos acontecimentos.

Em Portugal, as tensões políticas entre o Ministro da Defesa e o Presidente do Conselho evidenciavam-se. Botelho Moniz, com uma visão política divergente da do Chefe do Governo, planeia um golpe para o derrubar onde esperava contar com o apoio das chefias militares e o discreto incentivo dos EUA. “*Em 13 de Abril o Ministro da Defesa convoca uma reunião para as 17 horas, com os seus apoiantes, com vista a um golpe de força contra Salazar*” (Bernardo, 2008:49). Avisado a tempo por colaboradores, o

---

<sup>16</sup> Reforçado com as subidas ao poder de Kennedy nos EUA desfavorável à política Ultramarina de Salazar.



Presidente do Conselho demite o Ministro da Defesa, os Chefes de Estado-Maior do Exército e da Força Aérea e o Ministro do Exército e o seu Sub-secretário de Estado, pondo fim à tentativa de golpe, que ficou conhecida por *Abrilada*. Então, Salazar reformula o governo, acumulando a pasta da Defesa, e inicia um novo ciclo com a célebre frase, “*Para Angola, rapidamente e em força*<sup>17</sup>.” A tentativa de golpe, em Abril de 1961, teve duas consequências marcantes: a queda do Ministro que fez a reorganização militar para a guerra e a remodelação do governo em que o Presidente do Conselho assume a pasta da Defesa em acumulação com a Presidência do Conselho.

No dia **18 de Dezembro**, tropas indianas entraram em Goa, Damão e em Diu. A força portuguesa, com efectivos inferiores, não resistiu ao embate com as forças indianas. Portugal acreditara no pacifismo de Nehru<sup>18</sup> e, como tal, a força militar que se encontrava naquelas Províncias não estava preparada. Esta intervenção militar da Índia resultou no fim da presença portuguesa de cerca de 450 anos em Goa (Garcia, 2001: 125-126).

Por fim, na madrugada de **31 de Dezembro**, dá-se o assalto ao quartel de Beja, acção dirigida pelos Capitães Varela Gomes e Manuel Serra que “ (...) *chefiando um grupo de civis e militares prepararam a conjuntura*” (Garcia, 2001: 127). Esta insurreição, mais uma vez tinha a intenção de derrubar o Estado Novo e a instauração de um regime democrático, estando “ (...) *planeado um levantamento civil e militar para dominar o Alentejo e o Algarve, suscitando movimentos populares de sublevação.*” (Garcia, 2001: 127). O grupo, não teve sucesso na operação e, acabaram por ser detidos e alguns exilados.

Em síntese, é em 1937 que se dá a mais importante reforma do Exército do século XX, que tem como pano de fundo a Guerra Civil de Espanha e os prenúncios do segundo conflito mundial. Esta reorganização foi sendo implementada ou diferida no tempo, sofrendo uma aceleração e reforço durante a II GM (1939-45) e após a adesão à OTAN. Assim, passou-se de um exército de massa para um mais ligeiro aparelho militar, assente numa estrutura aero-naval e no levantamento de uma Divisão de Infantaria. A reforma de 1937 foi evoluindo até à nova reorganização, começada a implementar em 1959, mas em muitos aspectos manteve-se para além desta. Em fins de 1959, perante a mudança da política de defesa, a terceira grande inversão desde a II GM, passa a ser colocada de forma clara a tónica na defesa do Império, muito especialmente o Ultramar.

<sup>17</sup> Afirmção proferida na RTP pelo Dr. Oliveira Salazar no seu discurso ao povo Português.

<sup>18</sup> Pandita Nehru, tornou-se no primeiro-ministro da Índia na independência em 15 de Agosto de 1947.



### 3. As Forças Armadas Portuguesas no Prelúdio da Guerra do Ultramar

#### a. O emergir da guerra

Após a conferência de Bandung, o Estado Novo apercebe-se do estímulo dado aos países colonizados, de procurarem a sua autodeterminação a qualquer preço, incluindo o da violência. Os EUA aumentam a pressão para levar Portugal a uma descolonização política ao mesmo tempo que o velho aliado Inglês se mantém silencioso mas contudo, sem apoiar a política ultramarina do Estado Novo.

Concomitantemente, começam a emergir organizações subtilmente apoiadas por ajudas externas em Angola, o que leva Portugal a preparar-se para a guerra (Cann, 2005: 52). As hostilidades abriram a 04 de Fevereiro de 1961 quando, durante a madrugada, grupos de negros investem contra uma esquadra de polícia e instalações prisionais de Luanda. Os assaltantes, armados com catanas e armas de fogo tinham o objectivo de libertar os presos que aí se encontravam detidos. Como resultado morreram 25 assaltantes e 6 guardas, mas não conseguiram libertar qualquer preso<sup>19</sup> (Cann, 2005: 52). O ambiente em Luanda, antes descontraído e calmo, passou a ser de insegurança e desconfiança, entre as sociedades branca e de cor. Os efeitos deste ataque tiveram resultados imediatos, seguindo-se actividades de patrulhamento, rusgas e algum nervosismo em ambas as comunidades que, misturado com agitadores, levou a que, nas semanas seguintes, houvesse muitas mortes, principalmente entre a população negra (Cann, 2005: 52).

Na continuidade das acções de Fevereiro, em 15 de Março de 1961, pelas 07h00, grupos armados com paus e catanas, atravessam a fronteira e invadem<sup>20</sup> o Norte de Angola. Preparada meses antes no Ex-Congo Belga, esta acção é planeada pela UPA e dirigida por Holden Roberto, que contava com o apoio de militares do exército daquele país (Afonso, Gomes, 2000:27). Os grupos da UPA assentavam maioritariamente na etnia dos Bacongos<sup>21</sup> e, numa acção concertada, mataram, indiscriminadamente, brancos e negros que não pertencessem à etnia. A acção destes grupos espalhou o terror pelas populações atacadas que, devido à imprevisibilidade dos ataques, pouca ou nenhuma residência ofereceram (Afonso, Gomes, 2000:27). Portugal não sabia o que era a guerra desde 1918. A população na metrópole, pouco conhecedora da situação, ouvindo falar de massacres à população lembra-se dos conflitos semelhantes no Congo, um ano antes. O pânico instala-se em todos aqueles que têm familiares em Angola. Durante dois meses, os

<sup>19</sup> Presos activistas e dirigentes da resistência nacionalista.

<sup>20</sup> Ver Anexo C.

<sup>21</sup> Ver Anexo B.



portugueses organizaram-se e defenderam-se como puderam; os efectivos militares e policiais eram escassos; em Portugal a inércia era grande.

Em 01 de Maio de 1961, desembarcou em Luanda o primeiro grande contingente militar. Começou desde logo a reocupação<sup>22</sup> do Norte de Angola, com o objectivo de impedir as ligações dos movimentos com as suas bases no Zaire, a quem foram cortadas as linhas de reabastecimentos. Iniciava-se efectivamente, a guerra neste dia.

#### **b. A readaptação do Aparelho Militar e a Doutrina Estratégica**

A transformação da política de Defesa Nacional fez-se sentir no início de 1956, antes do início da luta armada nas Províncias Ultramarinas. O ponto de viragem é dado pela crise do Suez<sup>23</sup>, pelas afirmações feitas em Bandung e, principalmente, pelo emergir em África dos movimentos de libertação. Face ao sucedido, o Estado anteviu o despontar de nacionalismos e (...) “ao terminar a década de cinquenta e já em 1960, assistiu-se em Portugal a um surto de reformas que traduzem abertamente uma preocupação com o ultramar” (...) (CECA, 1988:147).

No período de tempo anterior a 1949, as FFAA tinham a sua organização e dependência distintas. As forças na metrópole dependiam do Ministério da Marinha, se fossem forças navais e do Ministério da Guerra se fossem forças do Exército. As forças dos territórios ultramarinos, independentemente da sua tipologia, dependiam apenas do Ministério das Colónias, que tinha integrada uma repartição militar. Com o Decreto-lei nº 37 542 de 06 de Setembro de 1949, as forças militares das Províncias Ultramarinas passaram para a dependência do Ministério da Guerra, abrangendo as forças que estavam em permanência no território ultramarino, assim como as destacadas. Ao Comandante Militar nas Províncias era-lhe dada a competência sobre as forças militares ali constituídas (Ribeiro, 2004: 195).

Assim, a Lei 2051 de 15 de Janeiro de 1952, “estabeleceu as novas bases da organização da defesa nacional” (Ribeiro, 2004: 200), fez a reestruturação do CSDN<sup>24</sup> e é criado em cada Província Ultramarina um CDM<sup>25</sup>. Estas alterações e as que ocorreram posteriormente deveram-se ao facto de Portugal ter aderido à OTAN e da influência que

<sup>22</sup> Ver Anexo C e Anexo D.

<sup>23</sup> A Guerra do Suez, foi em 1956, quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declararam guerra ao Egipto. No desenrolar do conflito, os egípcios foram derrotados, mas os Estados Unidos da América e a União Soviética interferiram, e em 1959 obrigaram os três países a retirarem dos territórios ocupados sob a supervisão das tropas das Nações Unidas.

<sup>24</sup> CSDN, órgão a quem competia examinar a política militar da nação, a sua organização para o tempo de guerra e os assuntos de âmbito interministerial.

<sup>25</sup> CDM, com a missão de deliberar nos assuntos relativos à elaboração e aprovação dos programas gerais de preparação militar dos três ramos das FA, incluindo planos gerais de armamento.



isso provocou no pensamento das chefias militares da altura (Ribeiro, 2004: 200).

Em 1958, iniciam-se mudanças no seio das FFAA. Os Decretos-Lei 41 559 e 41 577, aprovados no decorrer desse ano, vêm alterar<sup>26</sup> a organização militar existente. O projecto inicial levava a edificação de um Ministério da Defesa, um Estado Maior Conjunto, em que eram integrados os Ministérios da Marinha e do Exército e eram criadas três Secretarias de Estado. A intenção inicial não avançou devido a forte pressão dos Ramos das FFAA, o que levou à criação de “ (...) *um Ministro da Defesa, um Secretariado de Estado da Defesa Nacional chefiado pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, um Ministério do Exército, outro da Marinha e uma Subsecretaria de Estado da Aeronáutica. Foram também actualizados o Conselho Superior de Defesa Nacional, fórum de discussão da estratégia nacional, e o Conselho Superior Militar, órgão de consulta do Ministro da Defesa*” (Ribeiro, 2004: 215).

Alteradas as estruturas do Estado em questões de Defesa Nacional, foram definidas prioridades quanto às preocupações de segurança, alterando-se a organização territorial das forças. Estas alterações assentam em dois diplomas legislativos, “ (...) *o Decreto-lei n.º 42 564 de 07 de Outubro de 1959, que tratou (...) da organização geral do Ministério do Exército*<sup>27</sup>, e *o Decreto-Lei n.º 43 351, de 24 de Novembro de 1960, que marcou o arranque da reorganização territorial (...) fixando a divisão do território em cinco regiões militares*<sup>28</sup>, e *a dos territórios de Angola e Moçambique em comandos territoriais* (...) “ (CECA, 1988: 148). A lei 2055 de 27 de Maio de 1952 criou a Força Aérea (FAP) como terceiro ramo das FFAA. Os Pára-quedistas foram criados em 1955 e ficaram sob o comando deste Ramo. Em 1956 dá-se uma alteração na FAP, que altera a sua estrutura e cria duas novas Regiões Aéreas: a 2ª Região em Angola e a 3ª em Moçambique. Em Luanda é estabelecido um aeródromo que vem depois a constituir a Base Aérea n.º 9 (BA 9) (Bernardo, 2008:58).

Quanto à Marinha, em 1957 são criados dois novos comandos Navais em Angola e Moçambique, que se revelou indispensável para o apoio à colocação de unidades navais, sobretudo em Angola. (Bernardo, 2008:59).

Também devido ao tipo de guerra a desenvolver, a contra subversão, adivinhava-se

---

<sup>26</sup> Decretos-Lei 41 559 vem dar nova redacção à lei 2060 de 1953 que promulgou a organização geral, recrutamento e serviço militar das forças terrestres Ultramarinas e o 41 577 inseriu disposições relativas a quadros e efectivos em tempo de paz das forças terrestres Ultramarinas.

<sup>27</sup> Concretizou as missões cometidas ao exército e os princípios gerais da sua organização, e deu nova estrutura aos órgãos centrais do Ministério, que passou a ter jurisdição sobre todo o Território Metropolitano e Ultramarino, organizado em Regiões Militares e Comandos Territoriais Independentes.

<sup>28</sup> Ver Anexo E.



a utilização de unidades altamente móveis para combater como o adversário, as chamadas *unidades especiais de utilização imediata* (Moreira, Ramalho 2007: 45). A partir de 1958, são enviados grupos de oficiais para vários países amigos, nomeadamente Argélia, Brasil, EUA, Espanha e França, para adquirirem a especialização neste tipo de guerra. Aproveitando a doutrina e a experiência destes oficiais, foi criada uma unidade de instrução específica que treinava e preparava forças para esta nova forma de fazer a guerra.

É criado, em 1960, pelo Decreto-lei nº 42 926, o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) (Bernardo, 2008:59). Em vale do Zebro, foi criada a Escola de Fuzileiros, onde eram instruídas também forças para a luta de guerrilha, mais vocacionadas para os cursos de água que proliferavam no TO de Angola. Esta unidade tinha a responsabilidade de instruir e mobilizar os Fuzileiros que combateram em todos os teatros de operações (Bernardo, 2008:59). Esta força tinha duas componentes: os Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE) e os Fuzileiros Navais (FN). Os DFE eram “*a unidade de elite de infantaria da Marinha, vocacionada para o combate em terra, com um efectivo de oitenta homens e organizado em três grupos de assalto (...)*” enquanto os FN (...) “*destinavam-se a montar segurança nos aquartelamentos e nos comandos navais, destacar pelotões para apoio a unidades em situações de isolamento e a escoltar comboios de embarcações*” (Afonso, Gomes, 2000:221). Já em Angola, com as hostilidades iniciadas, foi criada outra força especial, em 1962, os Comandos. Os primeiros grupos foram formados na Zemba, bem no interior das linhas adversárias, e só mais tarde, em 1965, é criado o Centro de Instrução de Comandos (CIC) em Luanda (Bernardo, 2008:59).

A extensão da guerra no tempo e a sua descontinuidade no espaço levaram as Forças Armadas Portuguesas a uma adaptação no plano organizativo das suas estruturas. Para conseguir aguentar o esforço de guerra em três teatros de operações distantes entre si, reorganizou-se territorialmente o **Exército**. Desta forma, “*em 1962, o decreto-lei 44190, alterou a organização territorial e foram criadas seis regiões<sup>29</sup> militares e oito comandos territoriais independentes*” (Ribeiro, 2004: 228).

Com o objectivo de permitir uma maior flexibilidade no comando e maior rapidez e eficácia na condução da guerra foi preciso adaptar o dispositivo militar à luta contra a subversão. Assim, houve a necessidade de implementação, nas áreas de actividade operacional, de uma **quadrícula**, cuja unidade base de actuação era o batalhão e a sua dependência hierárquica ia desde o comando do **sector** passando pelo comando de **zona**

---

<sup>29</sup> Activada a Região Militar de Évora, Ver Anexo F.



até ao comando de **região** e o **comando-chefe**. Quando era necessário, por imperativos operacionais, eram criados temporariamente comandos operacionais (Vieira, 1999: 693-694). Por necessidade imposta pela guerra, foram criadas a Arma de Transmissões e variadas unidades tais como o Batalhão de Reconhecimento das Transmissões, o Regimento do Serviço de Saúde e o Serviço Postal Militar, além de unidades de formação de tropas especiais que tiveram reflexo imediato na conduta da guerra, pois eram tropas destinadas essencialmente à guerra de contra - subversão (Vieira, 1999: 693-694). Com a africanização dos efectivos a partir de 1965, começaram a ser formadas unidades especiais constituídas por efectivos exclusivamente africanos, (...) “*os Grupos Especiais (GE), os Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP), os Comandos Africanos, as Milícias Africanas e os Flechas, a mais controversa pela sua composição, os seus métodos, e a articulação com a PIDE*” (Cann, 2005: 133).

A **Marinha** também teve que sofrer reestruturações internas para fazer face às novas situações que a guerra impôs. Em 1958, são criados dois novos comandos navais, um em Angola e outro em Moçambique, e são contemplados com autonomia para poderem responder com eficiência e rapidez às novas tarefas a que a Marinha estava incumbida (Freire, 2003: 161-168). Essas missões destinavam-se a garantir as comunicações logísticas de carácter estratégico entre a metrópole e o ultramar; acautelar o controlo das costas e das linhas de apoio táctico e logístico do litoral, das linhas de penetração fluvial nos diferentes TO e assegurar a contenção de infiltrações e operações anfíbias nessas zonas. Aproveitaram os excelentes rios de Angola, enquanto estradas fluviais, possibilitando a presença portuguesa bem no interior do território, ao mesmo tempo que permitiam o apoio permanente aos contingentes que operavam em terra. A partir de 1961, começaram a operar no TO de Angola os fuzileiros. Os meios utilizados pela Marinha de guerra portuguesa foram vários (Telo, 1999: 505).

Entre 1949 e 1961, foram adquiridas um total de seis fragatas<sup>30</sup> Inglesas que, apesar de inadequadas<sup>31</sup> para a utilização em climas tropicais, constituíram o núcleo de navios com o objectivo de controlar as linhas de comunicações entre a metrópole e o ultramar, assim como a vigilância das águas costeiras das Províncias Ultramarinas. No final dos anos cinquenta, são enviados para Angola dois dos seis Patrulhas comprados aos EUA em 1949, que ficariam em permanência ao longo da orla marítima angolana com a missão de

<sup>30</sup> 1949 (Classe River) fragatas Nuno Tristão e Diogo Gomes, 1959 (Classe Bay) fragatas Álvares Cabral e Pacheco Pereira, 1961 (Classe Bay) fragatas D.Francisco de Almeida e Vasco da Gama.

<sup>31</sup> Sem sistema de arrefecimento de ar, pois estavam preparadas para operar no atlântico Norte.



patrulhamento de costa. Em 1964, são encomendadas à França quatro fragatas<sup>32</sup> com características para operar em África e que entraram ao serviço entre 1967 e 1969, enquanto na Alemanha e na Espanha estavam a ser construída dez corvetas<sup>33</sup> que entraram ao activo entre 1970 e 1973 já na parte final da guerra (Telo, 1999: 511-516).

Relativamente às lanchas utilizadas, foram de dois tipos, consoante a sua finalidade: de fiscalização e de desembarque. As de fiscalização dividiam-se em lanchas pequenas e lanchas grandes e foram construídas entre 1961 e 1976, 36 unidades das primeiras e 20 das segundas. As lanchas de desembarque foram consequência directa da criação das primeiras unidades de fuzileiros em 1961. Existiam em variadas dimensões e durante a guerra foram construídas 26 LDP, 65 LDM e 6 LDG (Afonso, Gomes, 2000:378-391). Como a Marinha de guerra não tinha meios de projecção naval para transporte de tropas da metrópole para o ultramar, o Estado Português requisitou<sup>34</sup> navios de passageiros à Marinha Mercante para a projecção estratégica dos seus contingentes.

À semelhança dos outros Ramos, também a **Força Aérea (FA)** teve que se reestruturar com vista a poder operar, com sucesso, nos TO africanos. “*Desde 1956 que estava previsto a criação de duas novas Regiões Aéreas, uma em Angola e outra em Moçambique (...)*” (Corbal, 2000: 189). Inicialmente, e de acordo com estudos efectuados, as soluções técnicas, indicadas para o cumprimento das missões de transporte aéreo estratégico e tático que a FA teria que realizar nos TO, eram de fabrico norte-americano. Porém, porque o seu destino eram os TO do ultramar, foi recusado o seu fornecimento por parte da administração americana.

Com portas fechadas a Oeste e com a urgência deste tipo de equipamento, Portugal socorre-se da França e da Alemanha para rapidamente adquirir algum material de guerra Europeu, embora mais caro e menos eficiente, para fazer face às exigências imediatas da Guerra (Telo, 1996, 224-228). “*(...)adquiriu-se um primeiro lote de sete helicópteros franceses Alouette II em 1958(...) em 1960 é entregue o primeiro lote de Nord- Atlas(...) que são colocados em Luanda(...) em 1961chegam as avionetas francesas Broussard e as DO-27 alemãs, o reforço da frota de Nord- Atlas e, finalmente(...) os helicópteros Alouette III, a partir de 1963*” (Afonso, Gomes, 2000: 31). Das aeronaves já existentes na FAP, a necessidade fez com que alguns velhos aviões passassem a efectuar missões no ultramar até à chegada dos seus substitutos. Os desactualizados PV-2 Harpoon, obsoletos e prestes a

<sup>32</sup> Fragatas: Cmdt João Belo, Cmdt Hermenegildo Capelo, Cmdt Roberto Ivens, Cmdt Sacadura Cabral.

<sup>33</sup> Corvetas: Classe João Coutinho e Classe Batista de Andrade.

<sup>34</sup> A Portaria de 04 de Março de 1961requisitou os paquetes Vera Cruz, o Niassa, o Lima, o Império e o Uíje.



perder operacionalidade de voo, foram enviados para Angola onde auxiliaram, desde o início, a aguentar o esforço de guerra. Apesar de aviões com características para a luta anti-submarina, foram utilizados intensamente como caças-bombardeiros (Corbal, 2000: 192).

Outro avião a entrar em combate foi o T-6 Harvard, inicialmente destinado ao treino básico, utilizado essencialmente para reconhecimento e ataque ao solo (Bernardo, 2008: 85-86). Como aviões de combate, foram empregues os caças-bombardeiros a jacto F-84 G e o Fiat G-91. Para o transporte aéreo tático foram utilizados os C-47 Dakota e também os Nord-Atlas, estes últimos adquiridos à França. Inicialmente sem meios aéreos de projecção estratégica, entram ao serviço, em 1961, os DC-6 Douglas, avião com quatro motores com capacidade para voar regularmente entre a metrópole e Angola. Em 1972, são recebidos dois Boeing 707, que substituem os navios mercantes no transporte dos contingentes militares para África (Afonso, Gomes, 2000: 369-374). As avionetas Auster e Dornier (DO-27), além de missões de transporte e reconhecimento, depois de equipadas e armadas, apoiaram muitas vezes as forças no terreno. Contudo um dos instrumentos operacionais mais importantes de toda a guerra foi o helicóptero. Em 1961 são enviados para Angola os Alouette II, substituídos pelos Alouette III a partir de 1963. Este helicóptero teve múltiplas aplicações durante o desenrolar da guerra, podia fazer o transporte até seis soldados, servir de apoio às forças no terreno, quando equipado com o helicanhão MG-151 de 20mm, ou de transporte de duas macas com feridos. Também o helicóptero SA-330 Puma foi utilizado em África, mas só a partir de 1969. Tinha capacidade de transporte para 16 a 20 homens, capacidade para 6 macas ou transportar cerca de três mil quilos de carga útil (Bernardo, 2008: 85-86).

Não podemos falar da organização das estruturas dos ramos sem referir também as importantes reestruturações quanto aos meios humanos e materiais. Quanto aos **meios humanos**, houve importantes alterações no plano do serviço militar e dos efectivos. A guerra implicou um incremento excessivo dos efectivos, obrigando ao recrutamento e mobilização de milicianos. *“Pela primeira vez desde que foi criada pela República, a conscrição em Portugal, o serviço militar, torna-se de facto universal e obrigatório”* (Teixeira, Barata, 2004: 76). Durante a guerra, os efectivos portugueses cresceram de uma forma brutal. *“Se em 1961 no início da guerra eram de 40 000 homens, chegaram a atingir o máximo de 270 000 e em 1974, no término do conflito, os efectivos totais mobilizados nos três teatros era de 149 000 militares”* (Teixeira, Barata, 2004: 76).

Esta inesgotável necessidade de efectivos imposta pelo conflito levou a que o Estado tivesse que implementar mecanismos para resolver a situação. O primeiro, foi a



extensão do tempo do serviço militar obrigatório, depois de seis meses de instrução seguiam-se dois anos de mobilização para um dos teatros. A segunda, foi o apertar da malha de recenseamento até que se terminasse definitivamente com qualquer isenção. A terceira foi a africanização dos efectivos, mecanismo possível para estender o recrutamento às populações locais de África (CECA, 1988: 260-261). Quanto aos oficiais, as medidas diferiam, “*a convocação de oficiais milicianos que já haviam cumprido o SMO na metrópole e passado à disponibilidade, a criação de um quadro especial de oficiais a selecção de cadetes dos cursos de oficiais milicianos para formação intensiva e rápida promoção ao posto de capitão e finalmente alterações legislativas que mudavam os critérios de antiguidade dos oficiais do quadro permanente, entre os que provinham da Academia Militar e os de origem miliciano*” (Afonso, Martelo, 1999: 699). Este recrutamento em massa teve grandes sequelas para a geração de 1960. Entre 1961 e 1974 foram enviados para o ultramar cerca de um milhão de indivíduos perfazendo 10% da população portuguesa (Teixeira, Barata, 2004: 77).

Quanto aos **meios materiais**, durante os anos 50 a modernização e reequipamento das FFAA foi feito ao abrigo do acordo de auxílio militar mútuo por Portugal pertencer à Aliança. Após a ascensão ao poder de John Kennedy iniciou-se o embargo de armas decretado pelos EUA a Portugal pelas razões anteriormente explicadas. O Estado procura, a partir daqui, novas alianças no domínio da defesa e do rearmamento das FFAA, o que veio a acontecer com a Alemanha, França e com a Espanha (Carrilho, 1985: 331-335).

Em Portugal houve um maior desenvolvimento das indústrias militares nacionais, que sustentaram o esforço de guerra. Forneceram equipamento de combate, armamento variado e munições. A Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras e a Fábrica Militar de Braço de Prata foram os estabelecimentos fabris que registaram a evolução tecnológica mais significativa, cumprindo com as exigências em material para o esforço de guerra mas continuando também a satisfazer as encomendas feitas por países da OTAN. Quanto ao equipamento, fardamento, alimentação e assistência sanitária registou-se também um elevado desenvolvimento nos estabelecimentos que forneciam este tipo de serviços, os quais passamos a referir: as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, a Fábrica Nacional de Cordoaria, a Manutenção Militar e o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (Carrilho, 1985: 331-335).



#### 4. Os Movimentos Subversivos em Angola

Depois de 1961 individualizaram-se três movimentos subversivos que desenvolveram acções durante a guerra em Angola. O objectivo da estratégia total de cada um era a saída dos portugueses e a independência do território. Já na fase de subversão, os seus efectivos eram constituídos maioritariamente por elementos militarizados, com organização e treino adequados para a guerra de subversão, dispondo de apoios nos países limítrofes, onde tinham as suas bases. Para conduzir a sua estratégia operacional, os grupos subversivos possuíam uma estrutura externa, materializada num dispositivo de bivaques e centros de instrução ao longo da fronteira de Angola, sendo esse dispositivo contíguo para dentro do território Angolano (Rodrigues, 1997:102-103).

##### a. A emergência da Subversão

É a partir da II Guerra Mundial, que os sentimentos nacionalistas ganham maior expressão entre os grupos de autóctones em toda a África e também em todo o Ultramar Português (Cann, 2005: 43). A África portuguesa foi palco do aparecimento destes movimentos onde inicialmente começaram a surgir (...) “*grupos, associações e movimentos políticos, que pretendiam libertar-se do jugo colonial português*” (Bernardo, 2008: 49). É também depois da II GM que, após vários congressos em cidades europeias, nasce a Organização de Unidade Africana (OUA).

A ONU, em 1955 começa a ter na Assembleia-Geral cada vez mais países africanos e asiáticos, cuja influência se faz sentir pelo voto em conjunto. Estavam assim reunidas as condições para que os grupos nacionalistas passassem a ter (...) “*retaguardas seguras nos novos países africanos (...) passando a contar com apoios para o desenvolvimento da sua luta política (...) e que se transformaria em luta armada*” (Bernardo, 2008: 50). A luta armada fica reforçada pelos acontecimentos em Bandung, porque encorajou os povos à procura legítima da sua auto-determinação, exortando-os ao uso da força se necessário. A descolonização violenta do Congo, além de inspirar, pelo exemplo, os movimentos Angolanos à luta, começou a dar assistência a um grupo nacionalista de Angola, a UPA (Cann, 2005: 46). Este movimento instituiu a possibilidade de Angola seguir um caminho semelhante. Assim, utilizando o Zaire como refúgio e aproveitando as fronteiras permeáveis de Angola, instalou (...) “*o palco onde se desenrolaria o final da relativa tranquilidade colonial de Portugal*” (Cann, 2005: 46). Os movimentos de libertação que se limitavam a simples acções de propaganda na fronteira, puderam incrementar as suas actividades em melhores condições e preparar activamente a subversão em Angola, utilizando o apoio e as facilidades dos novos dirigentes do Zaire.



Depois de 15 de Março de 1961 distinguiram-se três movimentos de subversão que desenvolveram ao longo do conflito actividades no território de Angola. Eram eles a UPA, que mudou a designação para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em Março de 1962, o Movimento Popular de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), sendo os dois primeiros os principais movimentos que actuaram em Angola. Estes movimentos, apesar de terem como móbil comum a independência do território, estiveram sempre separados por desacordos entre os seus líderes, o que originou muitas vezes contendas armadas entre os movimentos. Para executar a sua estratégia operacional, tinham bases e locais de instrução nos países limítrofes à fronteira de Angola, de onde partiam as suas linhas de infiltração para o interior do território (Afonso, Gomes, 2000).

#### **b. Organização e Implantação Territorial**

A UPA, foi fundada em 1958 em Accra, no Gana, onde teve a sua primeira sede, instalando-se depois em 1960, provisoriamente, em Leopoldville. O movimento teve a sua origem no Noroeste de Angola e tinha como dirigente Holden Roberto. Assente na etnia *Bacongo*,<sup>35</sup> a UPA era maioritariamente apoiada pelos emigrantes Bacongos do Zaire e pelas missões protestantes, além de ser assessorada por conselheiros americanos (CECA, 1998: 68-69). Esta organização, após os acontecimentos de 15 de Março, formou uma ala militar chamada Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA). Este exército juntou cerca de 6000 homens, alguns deles com treino militar na Tunísia (Cann, 2004: 47). Estavam organizados em companhias de 75 homens cada, aquarteladas em quartéis, e existindo ainda companhias móveis que tinham por missão efectuar incursões no interior de Angola (Afonso, Gomes, 2000: 146). Em Março de 1962, a UPA altera a designação para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)<sup>36</sup>, por ter integrado o Partido Democrático de Angola (PDA), e constituiu o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), onde Holden Roberto assumiu a presidência e Jonas Savimbi a pasta dos Negócios Estrangeiros. Mais tarde, e devido a divergências<sup>37</sup> entre ambos, Savimbi saiu da organização. O movimento estava implementado no Zaire, localizando-se a sua principal base de apoio em Kinkuzu. A sua zona operacional focava-se inicialmente no Norte de Angola, dividida em várias *Regiões*, estas por sua vez em *Sectores* e cada Sector em *Guarnições*. Com o evoluir da guerra, e já em 1971, as Regiões passaram a chamar-se

<sup>35</sup> Ver Anexo B.

<sup>36</sup> Também para não dar uma conotação tribal ao partido e dar uma imagem global de partido libertador.

<sup>37</sup> Devido à orientação de Holden Roberto, que estava enfeudado aos interesses dos EUA na região.



*Frentes*, os Sectores *Zonas* e as Guarnições tomam a designação de *Quartéis*, estes últimos correspondendo a um batalhão (CECA, 1998: 69-71). No Norte estavam identificadas duas frentes, a N°1 (Norte) e N°2 (Noroeste) e, mais tarde, com a abertura da frente Leste, a FNLA teve que se movimentar para a região, implementando a frente N°3 (Leste), de modo a possibilitar a acção do ENLA (Afonso, Gomes, 2000: 146).

O MPLA apareceu em 1956 e teve a sua origem em Luanda, agregando vários movimentos que foram emergindo na região. “ *O Partido da Luta Unida dos Africanos (PLUA), em 1953, seguindo-se-lhe o Partido Comunista de Angola (PCA), foram os primeiros a fundirem-se e a dar origem ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*” (Afonso, Gomes, 2000:64-65). Integrou ainda o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), encorpando mais o movimento. O seu líder carismático foi Agostinho Neto e o movimento assentava essencialmente na etnia *Mbundo* com raízes desde Luanda até Malange.<sup>38</sup> O MPLA, ideologicamente marxista, definiu no seu plano<sup>39</sup> algumas linhas de actuação, concretamente, (...) “*a constituição de umas forças armadas de libertação, a generalização da luta armada a todo território angolano e a adopção de uma estrutura partidária, e o desenvolvimento da política de uma frente nacional*” (...) (Rodrigues, 1997:109). O movimento tinha um comité director, que constava dos seguintes elementos: um Presidente, Vice-presidente, Conselheiro Geral, um Chefe do Departamento de Finanças, um Chefe do Departamento de Informações e um Chefe de Estado Maior. A organização militar dividia-se em Comandos de Região Militar e Zona<sup>40</sup> e Unidades Combatentes<sup>41</sup> (Afonso, Gomes, 2000: 140). Com a sede do movimento inicialmente transferida de Luanda para a Guiné Conacri, após a independência do Zaire, é transferida em 1962 para Leopoldville, para estar mais perto de Angola. Mais tarde, em 1963, é novamente transferida, mas desta vez para Brazzaville<sup>42</sup> (Rodrigues, 1997:109).

Em 1962, o MPLA formou a sua ala militar, o Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), com o objectivo de projectar a sua ascendência dentro de Angola. A sua organização foi evoluindo ao longo da guerra e, em 1972, estava implantada territorialmente em seis Regiões Militares<sup>43</sup> (RM) que abrangiam quase todo o território de Angola. Os seus efectivos rondavam a ordem dos 5000 guerrilheiros mas com oscilações para menos, até aos 3500 conforme as RM. Durante a guerra as I, II e III RM foram as que

<sup>38</sup> Distrito de Malange no Leste de Angola.

<sup>39</sup> Plano de actuação para a subversão total em todo o território Angolano.

<sup>40</sup> Posto de Comando, Serviço de Assistência Médica por Região, Centro de assistência médica por Zona.

<sup>41</sup> Grupo, Secção, Esquadrão e Coluna ou Agrupamento Operacional.

<sup>42</sup> Em Junho de 1963, o Zaire reconheceu o GRAE (FNLA) e expulsa o MPLA da região.

<sup>43</sup> Ver Anexo G.



tiveram mais actividade operacional (CECA, 1998: 72-76).

A **UNITA** foi o movimento de libertação que mais tarde apareceu em Angola. Criado em 1966 no interior do território, na província do Moxico, teve como líder Jonas Savimbi e assentava os apoios internos na etnia Ovibumdo que, na altura, representava cerca de 40% da população de Angola. Iniciou as actividades subversivas no interior do território em Setembro de 1966. Com uma ideologia próxima da FNLA, tinha um efectivo inferior aos outros movimentos, surgindo como grande opositora do MPLA pelo domínio e controlo do Leste do território, ocorrendo muitos confrontos entre ambos. Angariou algum apoio por parte da China, Egipto e Zâmbia, embora nunca tenha conseguido ter um apoio firme como os outros movimentos (Afonso, Gomes, 2000: 75).

*“A UNITA passando a viver quase isolada do exterior, no Leste, actuava dentro do território sem ter bases fora das fronteiras de Angola”* (Rodrigues, 1997:110). Sem uma ideologia bem definida e apenas pretendendo o controlo da região Leste, este movimento foi o único que efectuou acordos com as forças portuguesas. Em troca de um cessar-fogo e fornecimento de apoio militar e logístico, a UNITA combateu o MPLA na frente Leste e forneceu informações militares ao Exército Português. A sua organização militar estava dividida em zonas, cada uma com um comando geral e vários comandos regionais, que abrangiam diversos postos ou acampamentos. Em 1968 este movimento tinha três zonas<sup>44</sup> identificados pelas forças portuguesas embora o movimento declarasse que possuía oito no terreno (Afonso, Gomes, 2000: 147). *“A sua zona de implantação estava definida pelo Rio Cassai-Bussaco, Luso, Cassanje, Rio Lundé Bungo, chegando a operar até sul da povoação Henrique de Carvalho”* (Cardoso, 2004: 48-50). A UNITA dispunha de cerca de 500 combatentes nas suas fileiras, segundo dados oficiais das forças portuguesas, embora o movimento declarasse 4000 homens armados.

### c. Modus operandi

A **UPA/FNLA** teve como motivação a oposição ao sistema colonial do Estado Português onde Holden Roberto pretendia iniciar uma guerra de insurreição, inicialmente na região dos Bacongos, a Norte do território, onde o movimento estava profundamente enraizado (Afonso, Gomes, 2000: 145). O seu plano<sup>45</sup> de actuação tinha como intenção (...) *“arrasar a economia e as finanças de Angola atacando objectivos puramente económicos e objectivos humanos”* (...) (Rodrigues, 2000: 102), procurando activar e incentivar uma guerra revolucionária. Era um plano em que se pretendia a ocupação faseada de algumas

<sup>44</sup> Ver Anexo H.

<sup>45</sup> Plano Político-Militar definido em 1968.



idades principais no Norte de Angola, pelo colapso da sua economia. A sua linha de actuação, já na fase de guerrilha,<sup>46</sup> assentou numa organização exterior ao território com bases e centros de treino materializados ao longo da fronteira de Angola, tendo aquele dispositivo efectiva continuidade no lado Angolano. A partir destas bases usavam linhas de infiltração, tanto no Norte de Angola como no Leste do território, para ocuparem locais de refúgio no interior, a partir dos quais lançavam as suas operações (Rodrigues, 2000: 102).

Após as acções violentas perpetradas em 15 de Março, propagou a sua acção a Cabinda, em Abril de 1961 e, a partir de Junho, iniciou uma acção que visava criar uma campanha de terror, com ataques em massa de bandos de guerrilheiros a várias instalações e postos militares com o intuito de alastrar a subversão. Após a intervenção das forças portuguesas a sua acção ficou limitada a pequenos grupos, retirando a maior parte para o Zaire onde, a partir de bases que aí possuía, efectuavam incursões no interior de Angola. Actuou essencialmente a Noroeste do território e foi o movimento que iniciou as hostilidades em Angola, angariando muitos admiradores e apoiantes a nível internacional para a sua causa, nomeadamente os EUA e vários países africanos (Felgas, 1970: 51-55).

O MPLA quando iniciou a guerra de subversão tinha como intenção definida, no “*Plano para a Subversão total de Angola*”, a generalização da luta armada para todo o território, a adopção de uma estrutura partidária, o desenvolvimento da política de uma frente nacional e a constituição das forças armadas de libertação. A sua linha de actuação assentava em linhas de infiltração a partir de bases do exterior, que eram ao mesmo tempo zonas de guerrilha. “ Para o MPLA (...) “*as suas linhas de infiltração, eram simultaneamente, áreas de guerrilha e todo o dispositivo montado em território zambiano se encontrava em Angola, servindo uma progressão contínua para a subversão no interior através de pontos de apoio móveis*” (...) (Rodrigues, 2000: 103). Este movimento subversivo, através do EPLA, actuava normalmente por emboscadas a curta distância bem junto aos itinerários, onde visavam atingir forças em patrulhamento e colunas de reabastecimento portuguesas. As emboscadas eram feitas por forças que se articulavam em duas equipas, uma de armas automáticas e outra de granadeiros. Faziam uso, com muita frequência, de minas e armadilhas sobretudo a partir de 1966 (Felgas, 1970: 51-55).

Em 1965, o MPLA actua em força na região a sul de Nambuangongo, próximo do rio Dange, repelindo as forças da FNLA que actuavam naquela região desde 1961. Apoiado, a partir de Brazzaville, reforça em Cabinda as acções militares que já tinha

---

<sup>46</sup> Fase em que os seus elementos eram militarizados, com uma organização, equipamento e treino apropriados, dispendo de bases nos territórios de acolhimento em áreas de acesso difícil.



iniciado em 1964 desenvolvendo “ (...) *um grande número de acções, principalmente emboscadas e minas, que provocaram baixas nas forças portuguesas*” (Afonso, Gomes, 2000:142). A partir de 1966, muda o seu esforço para a região de Cazombo, no Leste do território, região onde já vinha a desenvolver uma forte acção política. Nesta região Leste ataca em força e dirige os seus esforços em várias direcções.<sup>47</sup> Em 1966, alarga a sua influência para sul, até Chiume e, logo em 1967, continua para sul até Mavinga no distrito de Cuando Cubango. Depois, em 1968, expande-se para Norte até Henrique de Carvalho no distrito da Lunda e, no mesmo ano, através dos vales dos rios Luena e Lungué-Bungo, expande-se em direcção ao Luso e ao Distrito da Lunda. Foi ao longo desta penetrante que ocorreram as principais acções militares entre o MPLA e as forças portuguesas, além dos confrontos entre este movimento e a UNITA, implantada na região desde 1966 (Afonso, Gomes, 2000:142). Esta penetrante foi baptizada pelo movimento de *Rota Agostinho Neto*<sup>48</sup> e foi a região onde se travaram alguns dos mais intensos confrontos entre as forças do MPLA e as Forças Portuguesas na guerra no Leste.

A UNITA começou a sua acção militar na Zâmbia e apenas actuou no Leste do território, surgindo como opositora à acção desenvolvida pelo MPLA pelo controlo desta região, que se estendia por mais de 500 km (Felgas, 1970: 53-56). Em 1968, o seu limite Norte de actuação era a região a sul de Henrique de Carvalho, no distrito da Lunda, mas a sua zona de influência<sup>49</sup> era definida pelo rio Cassai, Bussaco, Luso, Cassange, rio Lundé-Bungo, além da zona de influência que partilhavam com o MPLA adjacente à linha de comboio de Benguela, a Leste do Luso.

“A primeira actividade da UNITA consistiu na infiltração de grupos para aliciamento e colecta de fundos, a partir da Zâmbia” (Felgas, 1966: 14). Posteriormente, continuaram com acções de sabotagem na linha férrea, o que provocou a perda do apoio da Zâmbia,<sup>50</sup> ameaças sobre viaturas e casas isoladas e confrontos assíduos com forças do MPLA e do FNLA<sup>51</sup> para controlo da região e das suas populações, mas estes confrontos levaram sempre à derrota das forças da UNITA. Com estes fracassos e numa luta pela sobrevivência, a UNITA viu-se obrigada a efectuar compromissos com a Zâmbia e os portugueses. Com a Zâmbia evitou as acções sobre o caminho-de-ferro e com os portugueses acabou com os ataques aos madeireiros e acções contra as forças portuguesas,

---

<sup>47</sup> Ver Anexo I

<sup>48</sup> Ver Anexo J.

<sup>49</sup> Ver Anexo H.

<sup>50</sup> Pelos prejuízos causados por esta acção, na medida em que a Zâmbia precisava do caminho-de-ferro para as suas exportações de cobre.

<sup>51</sup> Que entrou também no Leste do território.



em troca de apoios para o movimento (Felgas, 1970: 56-58). Em 1968, a UNITA continua a perder progressivamente terreno que dominava na região em prol do MPLA: depois, em 1969, sofreu um duro revés quando um dos seus comandantes<sup>52</sup>, com uma centena de guerrilheiros, retornou ao FNLA, ficando ainda mais debilitado. Já em 1970, a sua actividade resumia-se a acções restritas sobre viaturas isoladas, intimidações às populações ou raptos, ao mesmo tempo que a sua área de acção começou a ficar diminuída com o alastramento dos outros movimentos para Oeste, ficando estrangulada no seu interior (Felgas, 1970: 56-58).

Em síntese, ao longo da guerra a actuação dos movimentos subversivos foi uma vantagem para o Estado Português, na medida em que, não só não se entenderam relativamente ao modelo de actuação e áreas de implantação, mas também, quanto aos objectivos a atingir. Tiveram objectivos diferenciados, implantando-se em locais diferentes e, em determinadas fases chegaram a combater-se. No fundo, “*foram actores antagónicos em causa própria,*” que foi vantajoso para o Estado português, que aproveitou a janela de oportunidade para os dividir e para daí tirar dividendos. Neste âmbito, a UNITA teve um papel preponderante pois, ao surgir como dissidente da FNLA, o Poder Português utilizou-a como um trunfo, enquanto acção insidiosa no âmbito dos outros dois movimentos porque os combateu, principalmente o MPLA.

Em simultâneo, enquanto os movimentos andavam de «costas voltadas», a captação das populações também falhou, devido à ferocidade enormíssima usada pelos elementos da FNLA e MPLA. Portugal foi quem melhor entrou nas populações através de desenvolvimento económico, acções sanitárias, captação de gente nativa a combater pelas armas portuguesas e da africanização dos efectivos. Efectivamente, a captação da população para o lado do Estado Português, foi um factor importante. A população é o centro de gravidade num conflito deste tipo. Motivados a pegar em armas contra os próprios angolanos, acreditavam que o futuro passaria inevitavelmente pelo lado português, confiando que Portugal sairia vitorioso da guerra. Além do mais, perceberam que do lado Português havia melhores condições de vida, alimentação, roupa, apoio sanitário e um emprego remunerado. Nesta altura, foi fundamental esta acção sobre as populações porque os balanceou para a causa nacional, desacreditando, em parte, as acções feitas pelos movimentos.

---

<sup>52</sup> Comandante Muanangola.



## 5. As Forças Armadas Portuguesas no Teatro de Operações de Angola. A Metodologia de Emprego de Forças.

No TO de Angola podemos caracterizar o conflito, no âmbito operacional, com uma pré-fase antes de 1961 e com três fases entre 1961 e 1974. Na **pré-fase**, existia uma percepção militar que, levou a que Portugal adoptasse uma postura de prevenção em relação ao que o futuro conjecturava. Esta estratégia preventiva assentava em dois factores: nos escassos meios humanos e materiais da guarnição existentes em Angola; e o facto das FFAA com uma antecedência de dois anos terem no seu planeamento de forças previsto uma possível acção militar no Ultramar (Rodrigues, 2000: 103-116).

A **1ª fase** começou em 1961 com a iniciativa do adversário em 15 de Março mas, efectivamente, a guerra começa com a chegada, em 1 de Maio desse ano, de um grande contingente ao TO. Esta fase terminaria em 1966, com as FFAA durante este período a terem uma acção decisiva na contenção da insurreição, ocupação de locais abandonados e recuperação populações. A estratégia operacional de contenção e ocupação foi um sucesso e todo o Norte do território foi ocupado militarmente (Rodrigues, 2000: 103-116).

De 1966 a 1970, **2ª fase**, as FFAA continuaram implementadas a Norte do território, acautelando já a região Leste com forças, enquanto a FNLA iniciou os primeiros ataques na região das Lundas a Noroeste. O MPLA transferiu para a Zâmbia efectivos e material e canalizou o seu esforço para o Leste, onde abre uma nova frente de combate, mantendo alguma actividade no Norte. A UNITA iniciou também as primeiras acções no Leste junto à fronteira com a Zâmbia. Consequentemente “*após a abertura da frente Leste o Governo Central terá sentido a necessidade de uma maior coordenação político-militar para a resolução do conflito*” (Rodrigues, 2000: 110).

Em 1970 iniciou-se a **3ª fase**, o esforço de guerra português foi transferido<sup>53</sup> do Norte para o Leste do TO, a FNLA começou a ter pouca expressão no Noroeste e o MPLA, com o esforço principal a Leste, começou a ficar isolado a Norte, onde a sua actividade reduziu significativamente. Desta forma “*a zona Leste é a área onde o In procura fazer o esforço, (...) e onde tem alcançado êxitos sucessivos, visto ter alargado a área de subversão activa*” (Rodrigues, 2000: 115). No Leste, as FFAA desenvolveram, a partir de 1971, uma actividade operacional eficaz e pacificadora. Depois, em 1973, a actividade operacional do MPLA ficou contida e as acções violentas no TO cingiam-se à zona dos Dembos (Rodrigues, 2000: 103-116). Podemos verificar que ao longo destas fases

---

<sup>53</sup> Em 1971 é criada a ZML, que muda o esforço estratégico a partir desta data para o Leste, Directiva nº2/71.



existiram **dois momentos decisivos** favoráveis às FFAA: a célere e eficaz ocupação do território a Norte e a contenção da subversão no início do conflito; a mudança oportuna do esforço de guerra para o Leste, em 1970, o que veio a evitar que a subversão se estendesse para o centro de Angola como era intenção do MPLA.

#### a. **Estratégia Militar Geral**

Para a condução da guerra, as FFAA tiveram que se adaptar às características da guerra de subversão que se desenvolvia com o adversário dissimulado no meio da população e não como forças convencionais. (CECA, 1997: 112). Por isso “*praticamente, congelou-se a preparação das forças armadas para a guerra clássica e toda a instrução das unidades se orientou para a luta anti-subversiva*” (CECA, 1990: 126). Na realidade, apenas a Divisão de Infantaria, devido aos compromissos com a OTAN, manteve o treino e a sua organização para a guerra convencional. “*Portugal fez um compromisso entre a criação de um exército novo, talhado unicamente para a contra-insurreição, e a adaptação do Exército, que tinham ao novo tipo de combate*” (Cann, 2005: 93).

Com a luta anti-subversiva apareceu nova doutrina, considerando-se **na manobra militar** quatro componentes fundamentais: a *Quadrícula, o Isolamento, a Flagelação e a Redução*. A Quadrícula tinha a finalidade de ocupação do território e a protecção das populações, enquanto as outras três tinham a finalidade de aniquilamento do adversário e a conquista das áreas reocupadas. Com base nestes componentes, foi necessário readaptar o Exército, organizando-se as forças da seguinte forma: **forças de quadrícula** assentes em Infantaria e dotadas de meios auto; **forças de isolamento**, com base em unidades de reconhecimento de Cavalaria, e acções de vigilância, apoiadas de meios auto, aviões ligeiros e helicópteros; **forças de flagelação**, com tropas de Caçadores de Infantaria, devido ao seu nível de preparação e capacidade de deslocamento apeado; **forças de redução**, apoiadas em forças aero-móveis, tinham por base o agrupamento, helicópteros, pára-quedistas e os comandos, devidamente organizadas e preparadas táctica, técnica e psicologicamente para a contra subversão. A estas forças foram chamadas de **forças de intervenção** (CECA, 1990: 122-123). Com a nova doutrina apareceu o conceito de que as companhias de Infantaria Ligeira são a força mais eficiente na contra subversão. Assim, a partir de 1961 foi necessário aprontar um elevado número de unidades de Infantaria Ligeira, (caçadores), exponenciada com a Infantaria «normal». Mas as necessidades eram muitas e teve que se recorrer a efectivos na Cavalaria e na Artilharia para a formação de desse tipo de unidades, “*constituíram-se Batalhões e Companhias de Cavalaria e Artilharia, organizados e preparados como os Batalhões e Companhias de Caçadores*”



(Cann, 2005: 93).

Estas subunidades mantinham as designações das armas a que pertenciam, mas nem todas foram utilizadas como caçadores. Algumas actuaram nas operações com as especificidades das armas a que pertenciam. A **artilharia** foi fundamental em acções de apoio e de protecção e a **cavalaria** teve um papel de relevo com as suas unidades de reconhecimento enquanto força de isolamento. As suas **unidades a cavalo** efectuavam, também, patrulhamentos longos e com maior duração do que uma patrulha a pé (Cann, 2005: 155). Além do recurso às outras armas combatentes, o Estado continuava a enfrentar dificuldades em «alimentar» umas FFAA com problemas de efectivos. Em finais da década de sessenta, os recursos em pessoal eram limitados na metrópole e começou a ser difícil a manutenção do nível de efectivos durante muito tempo. A solução foi a **africanização dos efectivos**, com o alargamento “ (...) *da fonte de efectivos militares através da inclusão da população autóctone*” (Cann, 2005: 105). Com esta solução, o Estado dilatou a fonte de recrutamento, atenuou a despesa, evitando custos com transportes e instrução, manteve os níveis de efectivos durante muito tempo e sustentou e conduziu a guerra em baixa.

Procurando a conquista das populações, houve a disseminação de um conjunto de forças inicial de modo a garantir a presença militar e simultaneamente estabelecer contacto com as populações. São implantadas forças num dispositivo de quadrícula (...) “*com as unidades a ocuparem determinadas zonas, e que assentou a organização das forças do exército português*” (Afonso, Gomes, 2000: 149). Este dispositivo assentava no TO dividido em **sectores** em que cada sector compreendia os respectivos órgãos de comando, as unidades operacionais e as respectivas unidades de apoio<sup>54</sup>. Estas forças de quadrícula tinham um limitado emprego táctico. Cerca de um quarto do efectivo dedicava-se à defesa do aquartelamento, outro tanto desempenhava tarefas de apoio, ficando o restante para estabelecer a proximidade com as populações locais e efectuar acções de combate.

De uma companhia implantada no terreno só ficava disponível um efectivo aproximado de pelotão para as operações, mas sem capacidade de efectuar missões de envergadura ou a grandes distâncias da base de apoio. (Afonso, Gomes, 2000: 149). Devido a esta frágil capacidade de combate e ao rápido evoluir da subversão, foi necessário pensar num novo tipo de forças para levar a efeito acções ofensivas, libertas do encargo de garantir segurança quando aquarteladas e capazes de obter sucesso nas operações. Surgiram assim as **forças de intervenção**. Estas constituíam a reserva dos

---

<sup>54</sup> Nomeadamente artilharia, engenharia, transmissões e o apoio de serviços.



comandantes a quem eram atribuídas ou de quem as criasse dentro das suas próprias forças. No entanto, o êxito foi reduzido devido às deficiências encontradas na instrução, ao enquadramento, no comando dessas forças e na sua operacionalização (Afonso, Gomes, 2000: 149). Por não ter tido êxito junto das forças regulares, esta missão foi atribuída única e exclusivamente aos Comandos, Fuzileiros e Pára-quedistas. Ao constituírem a reserva dos comandantes-chefes, estes determinavam-lhes directamente as missões ou atribuíam-nas a um comando de quadrícula temporariamente. Inicialmente actuaram deste modo (...) *“empregues unidade a unidade, Companhia a Companhia mas, com o evoluir da guerra, passaram a ser utilizados em escalões mais elevados (...) chegando a constituir-se unidades com vários Batalhões para as operações”* (Afonso, Gomes, 2000: 149).

Quanto às forças do Exército, estas organizaram-se com base em Infantaria Ligeira, e estavam organizadas em unidades de escalão Companhia. Estas Companhias de Caçadores tinham um efectivo de cerca de 170 militares, organizando-se em quatro grupos de combate cada. Esta foi a unidade básica de combate do Exército durante a guerra. Estas Companhias eram dotadas de autonomia logística e administrativa e estavam integradas em Batalhões, unidades com elevada autonomia. O Batalhão manteve-se durante todo o desenrolar da guerra a unidade específica de comando operacional e administrativo das Companhias, podendo controlar até cinco Companhias em campanha (CECA, 1990: 124-126).

Para o apoio à manobra das forças terrestres foram utilizadas uma multiplicidade de **meios aéreos**. Estes apoiavam as forças no terreno através de acções aéreas de transporte, de ataque e de recolha de informações. As acções aéreas de transporte foram efectuadas, numa primeira fase, através do DC 3 Dakota e, depois do NordAltas, que foi utilizado incessantemente no lançamento de Pára-quedistas, transporte aéreo e em evacuações sanitárias (Bernardo, 2008:83-85). A recolha de informações eram principalmente efectuadas por aviões ligeiros<sup>55</sup>, e as acções de ataque eram efectuados por, helicópteros<sup>56</sup> e por caças-bombardeiros<sup>57</sup> (Bernardo, 2008:83-85). Porém, entre todas as aeronaves utilizadas, o Alouette III foi aquele que foi continuamente empenhado em operações com as forças terrestres, principalmente com as de intervenção e também em evacuações e transporte de feridos (Bernardo, 2008:83-85). A sua utilização *“ (...) é da maior relevância (...) o meio mais útil para enfrentar a subversão (...) pela possibilidade*

<sup>55</sup> Dos quais se destacaram as avionetas Dornier DO-27.

<sup>56</sup> Onde se destaca o Alouette III equipado com Canhão de 20 mm.

<sup>57</sup> Dos quais se destacam o F-84 G e o Fiat G-91. O T-6 Harvard, devido à sua baixa velocidade, era muito eficaz no apoio às forças terrestres.



*de se efectuarem rápidas deslocações de forças terrestres (...) reabastecimento, (...) reconhecimento, transporte de feridos, apoio directo às forças terrestres quando equipado com helicóptero" (CECA, 1990: 128).*

A **Marinha** tinha unidades navais equipadas com embarcações, embora não totalmente adequadas ao TO, para apoio às operações. Essas unidades eram constituídas com meios de fiscalização, que asseguravam a vigilância de costa, dos grandes rios e lagos. Os meios navais mais utilizados para este tipo de missão foram essencialmente as fragatas, os patrulhas e as lanchas de fiscalização. Uma das missões da Armada era a de patrulhamento, com a finalidade de evitar infiltrações através dos imensos cursos de água existentes dentro do território. Para esta tarefa os meios disponibilizados variavam<sup>58</sup> consoante o curso de água a patrulhar. Refira-se que as lanchas de fiscalização eram o meio naval com mais destaque neste tipo de tarefas e que a missão que mais contribuiu para a contra subversão foi o desembarque. Realmente eram as lanchas de desembarque que efectuavam o apoio à manobra das forças terrestres, faziam a sua projecção para as operações possibilitando a presença militar bem no interior do território, e garantiam o apoio permanente aos contingentes que operavam em terra (Afonso, Gomes, 2000: 85). É de referir que este meio naval foi, à semelhança do helicóptero, continuamente empenhado em operações com as forças terrestres. (CECA, 1990: 128).

Em síntese, o Estado Português confrontado com umas forças armadas pouco adequadas para a guerra do ultramar, mais vocacionadas para a guerra clássica, teve que se reorganizar. Manteve um remanescente de forças para dar resposta aos compromissos com a OTAN e redireccionou o grosso para a guerra que se seguia. Essa reorganização trouxe também novas doutrinas para fazer face à guerra de subversão, onde se interiorizaram as componentes fundamentais da manobra militar para fazer a guerra de contra subversão. É a partir destas componentes que são reorganizadas as forças para que seja atingido o objectivo pretendido<sup>59</sup>. Devido à escassez de efectivos, durante a guerra procedeu-se à africanização de efectivos, enquanto a necessidade de efectuar operações com forças tecnicamente equiparadas aos guerrilheiros impeliu à organização de forças de intervenção que criaram dificuldades aos movimentos, obrigando-os a retraírem-se nas suas incursões. Os meios que mais se destacaram na luta contra-subversiva foram o helicóptero e a lancha, que se adaptaram com mais facilidade para o transporte das forças e apoio das operações.

<sup>58</sup> Desde o navio patrulha, lancha de fiscalização ou simplesmente botes Zebro.

<sup>59</sup> Repelir o adversário e garantir a protecção das populações.



## b. Áreas de intervenção e metodologia de Emprego de Forças

A iniciativa estratégica da acção violenta dos movimentos dá lugar a uma acção<sup>60</sup> conjunta e coordenada das forças portuguesas no Norte de Angola. Apesar de não ser conhecida directiva formal para o desencadear das operações, estas foram iniciadas em 01 de Maio de 1961, quando desembarcou em Luanda o primeiro contingente militar português (Rodrigues, 2000: 105). O conceito de acção inicial desenvolvido na primeira fase definia que as forças portuguesas, “*com os meios terrestres, aéreos e navais disponíveis deviam conter e delimitar a acção violenta, reocupar as principais localidades (...) proteger as populações, (...) e eliminar grupos armados.*” (EME, 1966: 18)

Em **Fevereiro de 1961**, a organização territorial<sup>61</sup> assentava essencialmente em três Regimentos sediados em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira. Na região Norte, o efectivo resumia-se a dois Batalhões de tropas indígenas e, a Leste, encontrava-se uma Companhia aquartelada em Henrique de Carvalho. Após o 15 de **Março**, e com a evolução dos acontecimentos, a Zona Sublevada do Norte (ZSN) foi dividida em seis sectores operacionais<sup>62</sup>, onde as forças foram reforçadas, passando de dois a dez batalhões (CECA, 1990: 116). Este reforço foi feito pelas forças desembarcadas em 01 de **Maio de 1961** em Luanda e pelos contingentes que foram chegando sucessivamente a Luanda. Nambuangongo foi a região eleita pela UPA para instalar a sua principal sede, de onde procurou lançar acções sobre Luanda. Foi assim que o comando militar preparou e accionou, em 10 de **Julho de 1961**, a primeira grande ofensiva militar sobre a região, a *Operação Viriato*,<sup>63</sup> de modo a destruir essa organização (CECA, 1998: 281).

Em 23 de **Maio de 1962**, o “*Plano Centauro Grande*”, elaborado pela RMA, definia o conceito estratégico operacional terrestre a seguir. O TO foi dividido em quatro Zonas de Intervenção, a Norte (ZIN), a Sul (ZIS), a Leste (ZIL) e a Centro (ZIC) que viriam a manter-se até ao fim de 1970 e que materializaram o primeiro dispositivo de quadrícula, dando corpo a uma ocupação<sup>64</sup> militar intensiva do território (Rodrigues, 2000: 107). Depois, em 1965, a UNITA, a partir da Zâmbia, aproxima-se das populações do Leste de Angola, ao mesmo tempo que o MPLA efectuava diligências para se instalar na região e mudar o seu esforço para o Leste. (Rodrigues, 2000: 107).

**Em 1966**, a prioridade de actuação das FFAA manteve-se a Norte, na ZIN, e na

<sup>60</sup> De contenção, reocupação e redução da violência.

<sup>61</sup> Ver Anexo L.

<sup>62</sup> Correspondiam com ligeiras alterações aos distritos administrativos.

<sup>63</sup> Ver Anexo K.

<sup>64</sup> Com a finalidade de aniquilamento do adversário, conquistar as áreas reocupadas e proteger as populações.



região de Cabinda. As forças na ZIN foram reforçadas, contando a área com vinte e dois Batalhões, dos quais três<sup>65</sup> ficaram implantados em Cabinda (Afonso, Gomes, 2000: 150). Desde esta altura, o comando militar reforçava o sector Leste com forças, enquanto os movimentos iam ocupando posições também aí, com infiltrações a partir da Zâmbia. Os objectivos estratégicos do MPLA e da FNLA passavam pelo acesso ao planalto central e pela ligação à frente Norte, e os da UNITA pela consolidação da sua presença em todo o Leste, de Norte a Sul. Ao abrirem a frente Leste, e com a mudança do esforço de guerra do Norte para aquela região, em 1971, é efectivada a ZIL e a implantação de forças que até essa altura já era de 8 batalhões, para fazer face à investida dos movimentos. Em 1974, a ZIL estava dividida em três sectores, Henrique de Carvalho, Luso e Silva Porto, onde estavam implantados 12 batalhões em quadrícula (Afonso, Gomes, 2000: 151).

Em síntese, as FFAA foram-se implantando e adaptando as suas áreas de actuação consoante a estratégia operacional dos movimentos de subversão. Inicialmente a Norte, com as forças que já existiam na região e depois, com os reforços que foram chegando da Metrópole. Com a intensificação das acções por parte dos movimentos e capacidade de lançar operações de envergadura naquela região, foi efectuada a primeira operação militar portuguesa que redundou num sucesso, a “*Operação Viriato*”. É feito o Plano Centauro que, dividiu o país em Zonas de Intervenção, materializando o dispositivo de quadrícula para uma ocupação militar do TO. Com a diminuição do ímpeto a Norte pela FNLA e com a MPLA e a UNITA a iniciarem operações a Leste, o esforço militar português foi alterado para esta região, mas mantendo a Norte o dispositivo existente.

O emprego das forças em Angola obrigou ao estabelecimento de uma doutrina totalmente nova e a uma metodologia de emprego de forças adequada à contra-subversão. Mas um “*exército não se modifica e não se cria de um dia para o outro*” (Cann, 2005:72), só com o passar do tempo e com a experiência adquirida em combate foi possível evoluir doutrinariamente. Quando se iniciou a guerra e se seguiu em direcção ao Norte, a metodologia aplicada foi essencialmente convencional, aplicou-se a mobilidade e mecanização das forças terrestres conjugado com o poder de fogo da artilharia e dos aviões para fazer face à ameaça. Esta maneira convencional de fazer a guerra apenas resultou no início, a partir do qual os movimentos, impotentes para fazer frente a esta «máquina» de guerra, se viraram para a guerrilha evitando a confrontação militar directa (CECA: 1998, 281). Rapidamente os portugueses perceberam esta forma de luta “*adaptando o seu*

---

<sup>65</sup> Para fazer face às acções efectuadas pelo MPLA na região.



combate aos locais onde a acção decorria (...) “reorientando a totalidade das suas forças armadas para uma força eficaz no combate à insurreição” (Cann, 2005: 73). Assim, as FA optaram pela utilização de patrulhas de homens com um pequeno efectivo e bem treinados, que pudessem entrar em terrenos irregulares para pesquisa de informações, aniquilar guerrilheiros e, acima de tudo, aproximar-se<sup>66</sup> da população (Cann, 2005:205).

Além do Exército, que através do sistema de quadrícula, mantinha a presença militar em todo o TO e interditava as fronteiras aos movimentos, foram criadas as **forças de intervenção** (Bernardo, 2008:72-73). Estas forças actuavam como verdadeira «guerrilha», entravam nas regiões onde o adversário operava e aguardavam pacientemente até ao confronto. Foram eficazes porque os guerrilheiros temiam-nos, sabendo que combatiam segundo os seus métodos com a vantagem de deterem maior poder de fogo, melhores meios de comunicação e detinham o apoio de fogo de artilharia e de helicópteros (Bernardo, 2008:72-73). Estas forças foram, muitas vezes, ao coração do adversário, entravam nas aldeias, bases e acampamentos, desferindo duros golpes nas suas estruturas<sup>67</sup> de comando.

Além destas forças, também os grupos derivados da africanização de efectivos e da criação de grupos especiais contribuíram para o esforço de guerra Português. Os “*fiéis*,” que eram cerca de 2300 homens, foram organizados em três batalhões com cinco companhias cada e conservaram a sua estrutura de comando incluindo todos os graduados (Afonso, Gomes, 2000: 340-341). Este grupo encontrava-se a Leste do território entre o Distrito da Lunda e o Distrito do Moxico. Sempre que foram empregues, foram-no sob o comando operacional da unidade do Exército no local e a sua missão era a protecção das equipas que construíram as estradas no Leste do território (Cann, 2005:117).

Os “*flechas*” foram as forças que foram recrutadas e instruídas pela PIDE. Tinham a missão de efectuar reconhecimentos, que realizavam eficazmente devido ao seu conhecimento do terreno, dialectos e familiaridade com a população. Operavam com pequenos grupos de reconhecimento penetrando no interior do território adversário durante longos períodos de tempo. Estas operações eram feitas para recolha de informações, mas quando operavam com o Exército ficavam sob as ordens do comando local e funcionavam como guias. Eram treinados pelos Comandos Portugueses e a suas principais áreas de actuação eram: Carmona, Caxito, Gago Coutinho, e Serpa Pinto (Cann, 2005:120-121).

Os “leais” catangueses eram muitas vezes empregues do outro lado da fronteira

<sup>66</sup> Pois não ostentavam o poder de fogo e material não intimidando as populações locais.

<sup>67</sup> Com a eliminação de líderes e a interrupção de linhas de apoio logístico



Norte pela facilidade de não possuírem documentos portugueses. Estavam em campos no Norte do TO e, a partir daí, realizavam operações no outro lado da fronteira vestindo uniformes e equipamento semelhantes aos dos movimentos subversivos. Operavam enquadrados nas forças regulares do Exército, essencialmente nos distritos do Norte do TO, Cabinda, Zaire, Congo e Uíge. Eram utilizadas com alguma discricção para que o estado português não fosse apontado de utilizar antigas forças rebeldes (Cann, 2005:116).

Além das forças terrestres também a Marinha e a Força Aérea desempenharam um papel incontornável no decorrer do conflito. Relativamente à **Marinha**, teve o seu Comando Naval, activado em Luanda em 1958, depois de 40 anos de afastamento das Províncias. Em 1961, a situação era débil quanto aos meios, existindo apenas uma Fragata, dois Patrulhas e um Navio Hidrográfico, sendo reforçados em Outubro desse mesmo ano por 3 Lanchas de Fiscalização Pequenas (LFP), para patrulhas a Norte ao longo do rio Zaire. Com o evoluir dos acontecimentos, em 1962 são enviados da metrópole um Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE), destacado para Sazaire, a Norte, e uma Companhia de Fuzileiros (CF) que permanece em Luanda. Entre 1963 e 1968 a Marinha é reforçada com mais alguns navios e forças de fuzileiros: em 1969, é criado o Comando das Forças de Leste e é enviada uma CF para o Luso, sendo substituída mais tarde por um DFE. Entre 1970 e 1974, o dispositivo naval tem poucas ou nenhuma alteração e resume-se a duas fragatas, onze lanchas de fiscalização<sup>68</sup> e quinze lanchas de desembarque, além de dois DFE e quatro CF (Afonso, Gomes, 2000: 164-167).

A **FAP** aparece em Angola quando uma missão de reconhecimento, enviada em 1958, recomendou a implantação de um dispositivo triangular constituído por Luanda, Luso e Moçâmedes. Com o início dos conflitos no Congo Belga, o dispositivo anteriormente proposto por motivos operacionais foi alterado<sup>69</sup> para Luanda (BA 9), Negage (AB-3) e Henrique de Carvalho (AB-4), para melhor apoio aéreo a Norte. Em Luanda ficava o comando da 2ª Região Aérea (RA) que compreendia Angola e São Tomé e Príncipe. Nesta altura são atribuídos meios operacionais à BA-9 e são constituídas diversas Esquadras<sup>70</sup>. Os PV-2 efectuaram reconhecimentos armados, protecção às populações e apoio a colunas militares, enquanto os NordAtlas reabasteceram povoações e evacuaram refugiados. Ainda existiam os aeródromos de manobra em Cabinda (AM-95), Maquela do Zombo (AM-31), Camaxilo (AM-42), Cazombo (AM-43) e uma unidade de

<sup>68</sup> Três LFG, oito LFP, uma LDG, quatro LDM e dez LDP.

<sup>69</sup> Mais tarde com a abertura da frente Leste que o Luso tinha maior importância operacional.

<sup>70</sup> A Esquadra 91, com 6 aviões PV-2, a Esquadra 92 com 6 NordAtlas, Esquadra 93 com caças-bombardeiros F-84 G e a Esquadra 94, com helicópteros SA-330 Puma e Alouette III.



tropas pára-quedistas (BCP-21). Em 1972 os meios aéreos disponíveis no teatro eram os seguintes: 18 T-6, 26 DO-27, 2 C-47, 4 C-45, 4 F-84G, 6 PV-2, 7 NordAtlas, 4 SA-330 PUMA e 26 AL-III (Afonso, Gomes, 2000: 174-177).

### c. A Dicotomia Política e Acção Militar no Contexto da Guerra

Portugal rapidamente percebeu que a sua luta em África não era uma guerra exclusivamente militar. Para além desta componente, o Estado tinha que conduzir um combate assente no desenvolvimento das populações autóctones, ou seja, numa frente económica e social e também uma mudança política profunda para assim poder atingir a vitória. Ao nível político e diplomático, Portugal procurou angariar apoios e de os manter nas organizações internacionais às quais pertencia, a OTAN e EFTA<sup>71</sup>. Na ONU procurou esgrimir na Assembleia-Geral, confrontado com o artº73, que as “ (...) *Províncias Ultramarinas eram independentes com a independência da nação*, “ (...) *pelo que o Imperativo era de manter, defender e desenvolver o Ultramar*” (Caetano, 1969:53). Procurou manter o alinhamento com a sua política por parte da França, Alemanha e Espanha, mas com os americanos as relações sofreram altos e baixos de acordo com as conveniências destes a cada momento, desempenhando os Açores um papel de relevo (Garcia, 2007: 154). Para alcançar credibilidade na comunidade das nações, o Estado implementou algumas reformas, concretamente “*revogou o Estatuto do Indígena e decretou uma nova lei das terras e um novo código do Trabalho de modo a colocar os autóctones em igualdade com os portugueses de origem europeia*” (Garcia, 2007: 154).

Portugal sabia também que “ *em actuações contra subversivas apenas 10% a 20% do esforço deverá ser dispendido em operações militares, e que os programas sociais e políticos (...) representarão mais de 80%*” (Bessa, 1972: 407). Assente neste referencial, a base do esforço do Estado objectivava não só a actuação das FFAA pelo desgaste, mas também uma actuação socioeconómica e psicológica com o objectivo de conquistar as populações. Acreditava-se que, com o apoio de uma acção social e educativa se podia realizar acções psicológicas que puxassem os nativos, ainda indecisos, para a causa portuguesa, de modo que estes não receassem as forças armadas, elucidando-os que a sua presença era meramente protectora contra um adversário comum (Garcia, 2007: 154).

Em Angola esta actividade sócio económica teve como bases “ (...) *a construção de aldeamentos e colonatos, o reordenamento populacional, a promoção sanitária e escolar, a assistência religiosa e o progresso económico com o desenvolvimento de infra-*

---

<sup>71</sup> Organização europeia fundada em 1960 pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE).



*estruturas de apoio*” (Garcia, 2007: 154). Apesar de esta função ser da responsabilidade das autoridades civis, foram as FFAA que melhor a cumpriram. Foram feitas edificações pela engenharia militar tais como escolas e postos de saúde, foi prestada assistência religiosa pelos capelães militares, foram leccionadas aulas por militares e, principalmente e com grande impacto nas populações, o apoio sanitário efectuado pelos médicos e enfermeiros militares. Efectivamente “ (...) *ao exército, competiu-lhes, com o emprego da sua capacidade militar sobrante, através da estrutura administrativa, arcar com uma responsabilidade significativa na promoção sócio económica das populações (...)*” (Garcia, 2007:154). Portugal tentava proporcionar uma melhoria das condições de vida das populações pela prática do reordenamento e do conseqüente aldeamento.

Estas medidas vieram a revelar-se eficazes no tocante à segurança das populações e dos meios de subsistência, mas em contrapartida houve algumas vicissitudes (Cardoso, 2000: 327), pois “ (...) *apesar do êxito global, sofreu alguns reveses (...)* o facto de se retirarem as populações dos seus locais tradicionais provocou rejeição, aproveitando aquelas (...) para dificultar os trabalhos inerentes à construção dos aldeamentos (...)” (Cunha, 1977: 347). Em suma, na execução da manobra sócio económica para apoio às populações, foi criada uma Quadrícula com as unidades militares com vista a proporcionar “(...) *segurança e apoio às populações, segurança à actuação dos serviços do Estado em proveito das populações, apoio à rede de escolas rurais garantindo o seu funcionamento e a segurança dos alunos, apoio a trabalhos de obras publicas e de estradas, apoio ao abastecimento de água através de poços, barragens e furos e apoio através dos diversos meios de transporte*” (Garcia, 2007:156).

Em complemento das outras manobras no combate à subversão, o Estado empenhou-se numa **activa manobra psicológica** que tinha como objectivo separar as populações dos movimentos subversivos, desmoralizar o adversário e fomentar as apresentações voluntárias. Ainda antes<sup>72</sup> do início da guerra do ultramar e até ao seu término, as FFAA utilizaram a acção psicológica como arma. Este tipo de acções foram integradas, com a diversidade de meios disponíveis no conflito, para conseguirem atingir os objectivos a que se propunham, a obtenção do apoio da população<sup>73</sup>, desmoralização e captura do adversário e, ao mesmo tempo, fortalecimento do moral dos militares portugueses, “*nenhuma luta contra a subversão, poderá ser eficaz sem um bom serviço de*

<sup>72</sup> Antes de 1961, quando o CMD da RMA elaborou o Plano de acção Psicológica Nº1, de 16-11-60.

<sup>73</sup> A população era o centro de gravidade a atingir com as operações psicológicas.



*acção psicológica, melhoria das infra - estruturas e condições de vida das populações (...)*” (Bernardo, 2008: 107).

O Estado estava convicto que, em virtude do desencadear da subversão violenta, as populações foram colocadas debaixo de fortes tensões psicológicas, tornando-se maleáveis, sendo possível, através de uma eficaz e firme propaganda, a adesão ao lado português. (Bernardo, 2008:109-113) Estas acções psicológicas tiveram três áreas de actuação, desenvolveram-se sobre a população autóctone e da metrópole, sobre os movimentos subversivos e sobre as Forças Armadas Portuguesas.

Quanto à **população na metrópole**, a acção era um misto entre acção psicológica e de informação pública e propaganda. Acções como o dia da raça, a transmissão televisiva de boas festas a partir dos TO, a entrega de medalhas a militares e o trasladar de militares mortos em combate para as suas terras de origem, tiveram grande impacto junto das populações. Este público-alvo nunca foi explorado na sua plenitude pois não foi um objectivo consistente no âmbito da acção psicológica (CECA, 1988: 390-393). As acções psicológicas exercidas sobre a **população nativa e movimentos subversivos** foram conduzidas sob a forma de propaganda, contra-propaganda e informação. Estas formas de exercer acção psicológica dependiam da finalidade que se pretendia atingir com cada uma, *“a acção psicológica, bem como a propaganda e a contra propaganda, eram importantes quer para cativar corações, quer para denegrir a imagem de quem nos combatia, especialmente os seus líderes (...)*” (Bernardo, 2008: 109). Para terem os efeitos desejados sobre as populações nativas era necessário que, quem executasse as acções psicológicas, encontrasse um ambiente receptivo. Com esse fim criaram-se às populações condições de vida aceitáveis através uma actividade sócio económica eficaz (Afonso, Gomes, 2000: 270). Actuando sobre o adversário, as acções procuravam isolá-lo das populações, descredibilizar os seus líderes, levá-los a sentirem-se abandonados pelo povo e desmoralizá-los. Os meios utilizados eram distintos<sup>74</sup>, mas *“ o meio mais eficaz de propaganda junto das tropas inimigas era libertar prisioneiros e tratar feridos (...) o tratamento dispensado aos soldados adversários feridos constituíam um meio muito eficaz”* (Marques, 2001: 93).

Sobre as FFAA foi também feito um enorme esforço, com variadíssimas acções<sup>75</sup>, de modo a manter e fortalecer o moral e a eficiência dos soldados. (Garcia, 2007:159).

<sup>74</sup> Desde colocação de cartazes em sítios estratégicos, tais como em aldeias e trilhos, passando por panfletos lançados de avião, utilização da rádio para emissões de propaganda.

<sup>75</sup> Destas acções destacaram-se, as visitas de figuras públicas, de artistas, de altas entidades, do Movimento Nacional Feminino, da Cruz Vermelha e ainda o Natal do Soldado e as madrinhas de guerra.



Em síntese, Angola em 1974 era uma parcela do território Português próspera e com uma economia forte. Era rico em diamantes, tinha igualmente uma elevada produção de petróleo e era simultaneamente um dos maiores produtores de café. Tudo isto com o decorrer do conflito e com a cobiça das grandes potências, que esperavam pela descolonização (Bernardo, 2008: 136). Em Angola a situação militar era a mais calma de todas as províncias que se encontravam em guerra. As forças militares estavam implantadas em todo o território, mantinham a presença militar com especial incidência nas regiões Leste, onde estava principal frente de combate e a Norte, onde ainda existia actividade operacional com a FNLA. Este era o movimento que ainda tinha maior actividade operacional embora localizado na sua área territorial, os Dembos. As suas acções estavam controladas pelas FFAA estando os focos de actividade devidamente referenciados e controlados. O MPLA, a Leste, “ (...) onde este movimento tinha as III e IV região político-militares, os portugueses conseguiam manter a guerrilha circunscrita e conservar essas regiões numa quase normalidade, como estavam também a região de Cabinda e a região dos Dembos” (Bernardo, 2008: 138). Os movimentos ao mesmo tempo que combatiam as FA, combatiam também entre si debilitando-se e diminuindo as suas já fracas capacidades operacionais. A UNITA rompido o acordo de não agressão às FFAA, estava de novo activa contra as tropas nacionais no Leste de Angola, mas já com pouca expressão. Em 1974 (...) não havia em Angola zonas libertadas ou controladas revolucionariamente (...)” (Cann, 2005:177), mas sim controladas pelo Poder Português, “de facto, em 25 de Abril de 1974, havia controlo efectivo de praticamente todo o território de Angola” (Martelo, 2001: 26).

Podemos afirmar que a acção militar só por si não revolveu o problema da luta contra a subversão, mas foi fundamental para que a estratégia diplomática sustentada pela estratégia sócio-económica e entroncado pela estratégia psicológica, se viabilizasse.

A guerra não foi perdida militarmente, em 1974 as FFAA tinham contido a subversão em todo o território. “A guerra em Angola estava ganha em 1972 e a população estava relativamente segura (...)” (Cann, 2005:185). A guerra foi desgastando o Poder Português quer internamente quer perante a comunidade internacional, devido à falta de iniciativa política para negociações paralelas à acção militar, sobretudo em períodos de supremacia militar no terreno. Além de que, o Estado Português, não tinha “(...) conseguido a mobilização das massas populares, não havíamos conquistado a opinião publica mundial, não havia unidade nacional e tínhamos atingido a saturação de uma longa guerra” (Martelo, 2001: 26).



## **6. Conclusões**

A questão central que nos orientou ao longo deste estudo foi compreender de que forma, a doutrina estratégica e a metodologia de emprego de forças no TO de Angola contribuiu para a estratégia definida pelo Estado Português. Das questões derivadas, partiu-se para o desenvolvimento do estudo, durante o qual se chegou às seguintes conclusões: quando a inevitabilidade da guerra em Angola se tornou realidade, as FFAA realizaram, uma profunda reestruturação da sua organização, reorientando a sua missão principal; de um aparelho militar voltado para os compromissos com a OTAN, vocacionado para combater num TO eminentemente convencional e com os efectivos, posicionados maioritariamente na metrópole e em número reduzido no Ultramar, urgia preparar forças para enfrentar uma guerra subversiva.

Assim, a organização territorial do Exército foi alterada em conformidade com as novas prioridades de segurança, fixando a divisão do território em cinco regiões militares, três na metrópole e duas nas províncias ultramarinas. A Força Aérea e a Marinha implantaram, respectivamente, Regiões Aéreas e Comandos Navais. Foram também enviados grupos de oficiais para países amigos, com experiência adquirida nesta tipologia de conflito, para aí recolherem ensinamentos. Foi elaborada uma nova doutrina e levantada uma unidade de instrução, o CIOE, tal como a Escola de Fuzileiros para a preparação de forças para o combate em cursos de água. Foi reformulada a doutrina das unidades de Infantaria e das outras armas de combate, que tiveram que combater como unidades de infantaria. Impossibilitados de utilizar material OTAN na Guerra, a aquisição de material de guerra foi orientada para a França e a Alemanha, que foram os principais fornecedores de aviões de transporte, helicópteros e viaturas tácticas. Em TN foi feito um esforço no desenvolvimento da indústria de guerra, garantindo fornecimento de armamento ligeiro, munições, fardamento, equipamento e viaturas tácticas.

Em Angola evoluíram três movimentos subversivos que protagonizaram uma luta pela independência ao longo dos treze anos de guerra. O FNLA, fortemente implantado no Norte do TO, foi o movimento que iniciou as hostilidades com as acções violentas em 15 de Março de 1961. Assentava na etnia Bacongo e a sua ideologia era fortemente influenciada pela política norte-americana. O seu braço armado, o ELNA, foi o protagonista de todos os confrontos com as FFAA e que tinha a sua principal base de apoio no Zaire. Durante a guerra actuou em várias regiões do TO, onde implantou três frentes, nomeadamente a Norte, Noroeste e Leste. Operava a partir do exterior, onde mantinha as suas bases ao longo da fronteira, utilizando linhas de infiltração para ocupação de locais de



refúgio no interior do território, a partir das quais lançava as suas operações.

O MPLA, ideologicamente marxista, tem a sua origem em Luanda. Assentava na etnia Mbundo e tinha como braço armado o EPLA. Com sede inicialmente em Luanda, é transferido posteriormente para Brazzaville. Tinha o território dividido em seis regiões político-militares, mas apenas teve actividade em três, na I RM a Norte, na II RM em Cabinda e na III RM no Leste de Angola. Com a sua base de apoio no Congo Brazzaville, iniciou as hostilidades em Cabinda e a Norte do TO, disputando esta região com a FNLA. Após o insucesso contra as FFAA, deslocou-se a Zâmbia, a partir das qual abriu a frente Leste, activando a III RM. A sua actuação assentava em linhas de infiltração a partir de bases no exterior, que eram ao mesmo tempo zonas de guerrilha.

A UNITA só aparece como movimento em 1966. Assentava na etnia Ovibundo e iniciou a sua actividade subversiva no interior do território. Nunca actuando no Norte, foi a grande opositora do MPLA no Leste, que se combateram pelo domínio do território. Chegou a colaborar com a FFAA e não teve apoios de realce do exterior, o que levou a que tivessem grandes dificuldades de sustentação.

Na procura de domínio territorial, os movimentos subversivos, além de enfrentarem as FFAA, combateram-se durante todo o conflito, nunca conseguindo unir esforços e traçar uma linha de actuação coordenada. Por isso, os movimentos foram-se desgastando e debilitando as suas capacidades, ao mesmo tempo que usavam de violência para com as populações, para recrutar homens para as suas fileiras e angariar meios de sustentação. Em face disso, as FFAA empenharam-se em acções psico-sociais para captação das populações com êxito assinalável.

Para a guerra, as FFAA desenvolveram uma doutrina específica, após estudos efectuados nas experiências de países envolvidos neste tipo de conflitos. Consequentemente, o Exército deu ênfase a pequenas unidades de infantaria ligeira, que eram o tipo de força mais eficaz para esta tipologia de guerra. Ao mesmo tempo que combatiam o adversário, estes grupos garantiam o contacto com a população, conquistando-a. Paralelamente ao combate, as FFAA participavam em projectos sociais que melhoravam as condições de vida das populações. Implantaram no terreno um sistema de quadrícula, com forças convencionais, que garantiam uma presença militar em todo o território e retiravam a liberdade de acção ao adversário. Ao mesmo tempo, as forças de intervenção combatiam a ameaça no seu meio ambiente, cortando-lhe o ímpeto nas acções subversivas. Estas intervenções tiveram êxito no desenrolar da guerra, desgastando os oponentes e obrigando-os a retraírem-se, principalmente, na frente Leste, onde este tipo de



unidades foi bastante utilizado. Tudo isto com a cooperação permanente da Força Aérea, que deu o apoio incondicional às forças terrestres ao longo de toda a guerra. A Marinha, foi utilizada, inicialmente, no controlo da fronteira Norte ao longo do rio Zaire e no patrulhamento da costa atlântica. Mais tarde, foram colocados meios navais nos principais rios do Leste, nomeadamente o Zambeze, Cuando e Cuito, numa acção fundamental para garantir a presença militar no interior do TO e apoiar as forças terrestres nas operações de combate e de logística.

Antes da Guerra, o Estado Português tinha definido **como objectivo político** a manutenção das províncias ultramarinas e a decisão firme de defender intransigentemente a soberania do Estado português em todos os territórios ultramarinos que, constitucionalmente, faziam parte do todo nacional, e garantir a segurança e integridade da população e dos seus bens. Para contribuir para os objectivos definidos pelo Estado, as FFAA fizeram uma guerra com elevado espírito de missão e desenvolveram uma acção psicossocial e de desenvolvimento económico notável, sobre as populações. Mantiveram a liberdade de acção em todo o território Angolano e conseguiram que as populações regressassem às suas regiões de origem, depois de terem fugido, aquando da sublevação. Além disso, impediram que a subversão desarticulasse as actividades económicas e sociais, actividades essas que não pararam de se reforçar à medida que o tempo decorria.

Quando acabou a guerra, em 1974, os movimentos estavam militarmente inactivos, não tendo atingido qualquer objectivo expressivo, pelo que não constituíam ameaça de vulto em nenhum ponto do TO de Angola. As operações militares tinham pacificado quase por completo Angola e mantinham a situação controlada, reduzindo a acção dos movimentos a áreas controladas, detendo o domínio de todo o território. É de salientar que o poder político não capitalizou a liberdade de acção estratégica que as FFAA lhe permitiram no terreno, mantendo-se afastados da realidade. Tiveram espaço de manobra política para, poderem resolver a libertação das províncias ultramarinas, segundo as condições de Portugal, quando os movimentos já nada podiam fazer, resolvendo assim, as dissensões internas e internacionais e evitar que fossem os militares a oferecer a solução política em Abril de 1974.

Podemos, assim, afirmar com convicção, que as FFAA com a sua vitória militar em Angola, contribuíram inequívoca e eficazmente para a estratégia definida pelo Estado Português para o Ultramar, que era manter, defender e desenvolver o ultramar português.



## **Ensinamentos**

Nos cerca de 35 anos passados entre o fim da guerra do ultramar e o cumprimento de novas missões pelas FFAA, algo se mantém permanente no Exército. Muito do que foi aplicado ao nível militar, para encontrar a paz em África, serve actualmente como ensinamentos para planear e executar missões no novo quadro estratégico militar de segurança internacional. Os ensinamentos recolhidos da guerra levaram a que, quando a primeira força militar portuguesa teve que cumprir a primeira missão nos Balcãs, tivesse adoptado um dispositivo de quadrícula na ocupação do seu sector. Recorrendo ao que tinha sido a organização do Batalhão de Caçadores, organizou-se a força em moldes similares, mantendo a capacidade de sapadores com meios e pessoal de engenharia. Essa unidade de escalão Batalhão, semelhante às de África, ocupou instalações de ocasião, pondo em prova o engenho e arte dos soldados portugueses, no que respeita ao seu viver e conviver em condições adversas, à semelhança do passado. É de referir também que foi com os ensinamentos da guerra, vertidos em doutrina nacional, que se efectuou a actividade operacional naqueles territórios, o patrulhamento interno, a protecção de itinerários e de colunas humanitárias, assim como, o contacto com as populações.

O êxito nas missões em todos os TO, efectuadas pelas FFAA, em muito se deve às características dos quadros, bem como ao comando personalizado que se cultivava no Exército Português. Estes aspectos desenvolvidos desde África e mantidos nas gerações mais novas, revelaram-se extremamente úteis para os êxitos que se têm alcançado em todas as missões em que se tem participado.

Não podemos deixar de referir, como ensinamento, o uso da estratégica psicológica e económica como veículo de captação das populações. Nos TO europeus, à semelhança do que se fazia em Angola, as forças nacionais actuam efectuando pequenas construções, reparações de infra-estruturas, distribuição de bens materiais a campos de refugiados e escolas, transporte de água potável a locais de pouca acessibilidade, onde só os meios militares conseguem chegar e, muito importante, a assistência sanitária, que tem sido o meio mais eficaz de captação da população, da mesma forma que o foi à três décadas atrás em África. Imprescindível e essencial dos ensinamentos do passado e que tem servido em todas as missões que se têm realizado, centra-se na facilidade de contacto com as populações civis, como já foi anteriormente referido. O modo como nos relacionamos e a confiança que lhes conseguimos transmitir é uma em vantagem, pois balanceia-os para a presença, causa ou missão dos militares portugueses no seu país, mostrando-se agradados pela sua presença, minorando dificuldades de relacionamento e entendimento.



---

## Bibliografia

### Monografias

- ALBUQUERQUE, António. (2008). *Multiculturalismo e Direito à Autodeterminação dos Povos Indígenas*. Brasil: Edições SAFE ISBN 857-525-44-8.
- AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). *A Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2.
- AFONSO, Aniceto, MARTELO, David, (1999). *Organização do Exército, Dicionário de Historia de Portugal*, Vol. II. Porto: Edições Figueirinhas.
- AMARAL, Diogo (1995). *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Círculo de Leitores ISBN 972-42-1117-7.
- CARDOSO, Pedro, (2004). *Atlas da Lusofonia*. Lisboa: Edição Prefácio.
- BERNARDO, Henrique, (2008). *Estratégia de um conflito. Angola 1961-1974*. Lisboa: Edição Prefácio. ISBN 978-989-652-005-2.
- CANN, Jonh P, (2005). *Contra Subversão em África*. Lisboa: Edição Prefácio. ISBN 972-8816-49-9.
- CARRILHO, Maria, (1985). *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Circulo de Leitores.
- CAETANO, Marcelo, (1969). *Pelo futuro de Portugal*. Lisboa: Edições Verbo.
- CARDOSO, Pedro, (2004). *Atlas da Lusofonia, Angola*. Lisboa: Edições Prefácio ISBN 972-8816-15-4.
- CARDOSO, Pedro, (2000). *A Manobra Psicológica nos Teatros de Operações de África*. In, *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: IAEM .
- CECA, (1988) *Resenha Histórico -Militar das Campanhas de África 1961-1974, Enquadramento Geral*, 1ºVol. Lisboa: Edições EME.
- CECA, (1990) *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa: Edições EME.
- CECA, (1997) *Resenha Histórico -Militar das Campanhas de África 1961-1974, Dispositivo das Nossas Forças Angola*, 2ºVol. Lisboa: Edições EME.
- CECA, (1998) *Resenha Histórico -Militar das Campanhas de África 1961-1974, Aspectos da Actividade Operacional*, 6ºVol. Lisboa: Edições EME.
- CORBAL, Aleixo, (2000). *O vector aéreo nas campanhas de África. Análise conceptual e estrutural*. Lisboa: Edições Atena.
- COUTO, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. vol I. Lisboa: Edições Nova Esperança.



- COUTO, A. C. (1989). *Elementos de Estratégia*. vol II. Lisboa: Edições Nova Esperança.
- CUNHA, Joaquim, (1977). *O Ultramar, a nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida editora.
- DELGADO, Ivo, (1980). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Europa América.
- EME, (1966). *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Edições CEGRAF/Ex.
- FARIA, Telmo, (2000). *Debaixo de Fogo (1935-1941)*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.
- FELGAS, Hélio, (1966). *Os movimentos Terroristas de Angola, Guine, Moçambique*. Lisboa.
- FELGAS, Hélio, (1970). *Os Movimentos Subversivos Africanos*. Lisboa.
- FREIRE, João, (2003). *Homens em fundo azul-marinho. Ensaio de observação sociológica sobre uma corporação nos meados do séc. XX. A Armada Portuguesa*. Oeiras: Edição Celta.
- GARCIA, F. Proença (2003). *Análise Global de uma Guerra. Moçambique 1964-1974*.
- GARCIA, F. Proença (2007) *Descrição do Fenómeno Subversivo na Actualidade. A Estratégia da Contra-Subversão. Contributos Nacionais*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. XVI Pág.111-182.
- LOUSADA, Abílio P. (2007). *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal (1820-1974)*. Lisboa: Edições Prefácio ISBN978-989-8022-34-9.
- MARQUES, Silvino (2001). *Salazar o Ultramar e o 25 de Abril*. Lisboa: Edições Nova Arrancada.
- MARTELO, David (2001). *1974 Cessar-fogo em África*. Lisboa: Edições Europa América.
- MOREIRA, Adriano, RAMALHO Pinto (2007). *Estratégia. Instituto Português da Conjuntura Estratégica*. Lisboa: Edição Instituto da Defesa nacional. ISSN 1645-9083.
- NOGUEIRA, Franco (1988). *Salazar -A Resistência (1958-1964)*. Porto: Edições Livraria Civilização.
- RIBEIRO, António S. (2004) *Organização Superior de Defesa Nacional, uma Visão Estratégica, 1640- 2004*, Lisboa: Edições Prefácio.
- RIBEIRO, Orlando, (1981). *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa: INCM.
- RODRIGUES, Joaquim, (1997). IAEM, *Seminário, As campanhas de África e a estratégia nacional*. Lisboa: Edição OGRAF/Exército.



TEIXEIRA, Severiano (1995). *Portugal e a OTAN: 1949-1989*. Vol. I.

TEIXEIRA, Severiano, BARATA, Manuel, (2004). *Nova História Militar de Portugal*, Vol. IV. Lisboa: Edições Circulo de Leitores. ISBN 972-42-3071-6.

TELO, António, (1999). *História da Marinha portuguesa. Homens, doutrina e organização, 1824-1974*. Lisboa.

TELO, António, (1996). *Portugal e a OTAN. O reencontro da tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.

VIEIRA, Belchior, (1999). *Exército, Dicionário de Historia de Portugal, vol. II*. Porto: Edições Figueirinhas.

### **Sítios da Internet**

BERNARDINO. Machado (1930) [em linha] [Referência de 17 de Dezembro de 2008]. Disponível em internet: <<http://www1.ci.uc.pt>>.

ACTO COLONIAL 1930. [em linha] [Referência de 18 de Dezembro de 2008]. Disponível em internet: <<http://WWW.infopédia.pt/acto-colonial-1930>>.

### **Teses, Monografias e Dissertações**

GARCIA, Proença. (2006). *Descrição do Fenómeno Subversivo na Actualidade. A Estratégia da Contra Subversão. Contributos Nacionais* [CD-ROM]. Lisboa: IESM, 2004-2006. Trabalho Individual de Longa Duração.

IAEM (2002). *As campanhas em Angola durante o conflito ultramarino Português*. Lisboa: Trabalho de longa duração do CEM no âmbito da área de ensino de História Militar e Estratégia.

MOREIRA, Dorez (2000). *A Adaptação das FORÇAS Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-74)*. Trabalho de longa duração do CEM.

### **Artigos de Publicações em serie**

BESSA, Gomes (1972). *Angola, a luta contra a subversão e a colaboração civil militar*. In Revista Militar. Lisboa: nº8/9, Agosto - Setembro.

VALENÇA, F. (1987). *Um esquecido, mas relevante esforço de reorganização do Exército. (1958-1961)*. In Revista Militar. Lisboa: nº739/740, Março – Abril.



## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE 1 – Corpo de Conceitos.....	Apd 1-1
APÊNDICE 2 – Entrevista ao Sr. Professor Doutor Adriano Moreira.....	Apd 2-1
APÊNDICE 3 – Entrevista ao Sr. Coronel Infantaria Oliveira Marques.....	Apd 3-1



## **APÊNDICE 1 – Corpo de Conceitos**

### **Auto determinação**

É um direito que as populações habitantes de um determinado território que compõem ou não um Estado-Nação (tríade Estado – Povo – Território) têm de afirmarem perante todas as outras nações a sua capacidade de se auto-governarem, manterem a criação cultural e tradições próprias, de terem soberania, e de constituírem as suas próprias leis. No contexto do direito internacional, a autodeterminação dos povos, termo cunhado pelo presidente dos Estados Unidos da América Thomas Woodrow Wilson (1912 a 1921), é o direito de um povo à soberania e a liberdade de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre sua forma de governo, seu sistema de governo e o seu desenvolvimento económico, social e cultural (Albuquerque, 2008: 21).

### **Estratégia**

O conceito de Estratégia adaptado no antigo IAEM é “ (...) a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma vontade política.” (Couto, 1988: 209). Presentemente, o General Cabral Couto adoptou outro conceito de Estratégia, definindo-a como “ (...) a ciência e arte de, à luz dos fins e uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico) ” (Abreu, 2002: Prefácio).

### **Estratégia Genética**

Tem por objecto a invenção, construção ou obtenção de novos meios, a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, e que sirvam o conceito estratégico adoptado e tendo em atenção a evolução previsível da conjuntura (Couto, 1988: 231).

### **Estratégia Estrutural**

Tem por objectivo a detecção e análise das vulnerabilidades (ou pontos fracos) e das potencialidades das estruturas existentes, com vista à definição das medidas mais adequadas, incluindo a criação de novas estruturas, que conduzam à eliminação ou atenuação das vulnerabilidades, a um reforço das potencialidades e, em ultima análise, a um melhor rendimento dos meios ou recursos (Couto, 1988: 232).

### **Estratégia Operacional**

Esta estratégia trata da concepção e execução da manobra estratégica ao nível dos grandes subordinados (caso, na estratégia militar, dos responsáveis pelos teatros de guerra



e teatros de operações). Em cada domínio, é seu objecto não só conciliar os objectivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas tácticas e técnicas do domínio considerado, mas também orientar a evolução daquelas de forma a adaptá-las às necessidades da estratégia (Couto, 1988: 231).

### **Estado-Maior**

Grupo de indivíduos que auxiliam o comandante no seu exercício de comando coordenando tarefas especializadas. O Estado-Maior fornece informações e estudos ao comandante e aconselha-o, quando e como lhe for solicitado (EME, 1987:4-10).

### **Estado Novo**

É nome do regime político que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção desde 1933, com a aprovação de uma nova constituição, até 1974. A designação oficiosa de Estado Novo foi criada sobretudo por assinalar a entrada numa nova era, aberta pela Revolta Militar de 1926.

### **Guerra**

Acto de violência organizada entre estados, ou coligação, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, possibilidade potencial, visando um determinado fim político, em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade, ou seja, a capitular (EME, 1987: 1-2).

### **Teatro de Operações**

É a parte do Teatro de guerra necessária às operações militares. Embora a sua organização possa ser variável, divide-se normalmente em Zona de Combate e Zona de Comunicações (EME, 1987: 4-27).

### **Subversão**

É uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território. (EME, 1966: 8)

Ou ...É uma técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercar a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e por em causa o Poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo (Garcia, 2006: 2).

### **Contra subversão**

O conceito de Contra-subversão definida em relação à Subversão (...) “*consiste no esforço conduzido pelas Autoridades de facto no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, do regime e sistema político vigentes, para que essa população se torne impermeável a acções de subversão*” (Couto, 1989: 293).



## **APÊNDICE 2 – Entrevista ao Sr. Professor Doutor Adriano Moreira**

O Sr. Professor Adriano Moreira foi membro da delegação portuguesa na ONU (1957 e 1959), Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1960-1961) e Ministro do Ultramar (1961-1963).

**Quando questionado sobre se a guerra, era previsível após entrada de Portugal na ONU, em 1955, respondeu o seguinte:**

*“...O pan-africanismo teve, em 1955, um imparável e decisivo impulso com o apoio do Asiaticismo, na afamada conferência de Bandung. Nesta conferência, os países aí representados, afirmaram a adesão plena e inteira à Carta das Nações Unidas. Logo aí ficou assumido por todos que era dever dos povos já libertados apoiarem os ainda colonizados a alcançarem a independência. (...) Não existe dúvida que, aquela conferência, foi um dos acontecimentos mais importantes daquele período conturbado. Quem se vem aproveitar, com algum sentido oportunista dos resultados desta conferência, são, os EUA e a URSS. Estes apercebem-se imediatamente da excepcional importância desta conferência e jamais pararam de se aproximar, da célere caminhada dos povos africanos para a autodeterminação que, aliás se adivinhava para breve, tanto mais que as independências começaram imediatamente a suceder umas atrás das outras. Portugal começa a aperceber-se de que, a entrada na ONU, acelerara as hostilidades para com o país, ficando mais exposto (...).*

*(...) Por volta de 1960, houve uma conferência em Tunes em que Portugal era mesmo o alvo a atingir. Nessa conferência avançou-se decididamente para a possibilidade de ter que se socorrer da violência para se atingir a independência. Foi também ali reafirmado que, as populações das províncias portuguesas, tinham o direito à independência e foi pedido, se não mesmo exigido, a todos os países africanos, que lhe dessem o apoio necessário e absoluto para atingir esse objectivo. A partir daqui, com os acontecimentos que vinham a acontecer paralelamente, a guerra não era de todo uma surpresa (...).”*

**Colocada a questão sobre quais eram os objectivos políticos do Estado Novo em relação ao ultramar respondeu da seguinte forma:**

*“ Os objectivos políticos do Estado eram a manutenção decidida e intransigente de todas as províncias ultramarinas. Depois do que aconteceu na Índia, com a tomada de Goa, Damão e Diu, em que, contra a expectativa do Estado, a investida Indiana acabou definitivamente com a presença portuguesa naquelas paragens. Salazar não pretendia que acontecesse o mesmo em Angola. Suceder o mesmo em Angola, não com este cariz de*



*invasão de outra potência, mas por movimentos nacionalistas, era algo complicado para a nação, era a fragmentação e perda acelerada do Império e que ninguém queria que acontecesse. Mas não foi por isso que se avançou para Angola. A decisão de avançar decididamente para África foi tomada porque o Presidente do Conselho decidiu que tinha que se defender o que era de Portugal, defender as populações que lá viviam, defender os interesses económicos, nomeadamente as produções de café, a exploração e exportação de petróleo e muitas outras produções que lá existiam. (...) Existia uma importante rota do café, que vinha do Norte em direcção a Luanda e que não podia ser obstruída pelos movimentos (...) a economia de Angola evoluiu muito ao longo da guerra (...) para tal muito contribuíram as FFAA, porque a guerra nem interferiu na economia. (...) O desenvolvimento do país também foi assinalável; construiu-se muitas estruturas por todo o país, aumentaram-se linhas de comboio, melhoraram-se os óptimos portos já existentes, os aeroportos do país eram internacionais, as estradas asfaltadas começaram a crescer e muito mais se fez dentro daquele grande país. (...) Sem as FFAA nada se teria conseguido. O objectivo de defender as províncias ultramarinas foi conseguido. (...) A decisão do Presidente do Conselho foi adoptada (...) mesmo os que não concordavam com ela, reuniram-se em sua volta e cumpriram-na com resultados admiráveis (...).”*

**Quando questionado sobre se o ano de 1961 e os seus acontecimentos abalaram o Estado, respondeu o seguinte:**

*“ (...) Os vários acontecimentos de 1961, abalariam qualquer Estado. Em Portugal ou em qualquer lugar no mundo. Podemos dizer que agitou as pessoas que o constituíam, mas o Presidente do Conselho era um homem determinado e tranquilo nas suas decisões, além de ter muita gente fiel ao regime. Houve preocupações, (...) tinha-se saído há pouco tempo do rebuliço que foi a candidatura de Humberto Delgado e da adesão das pessoas à sua campanha eleitoral (...) talvez o professor Salazar não esperasse a tentativa do General Botelho Moniz de o retirar da Presidência do Conselho, ainda mais porque era o Ministro que estava a reorganizar as forças para o Ultramar., Mas rapidamente deu a volta á questão, reorganizou o Governo e avançou decididamente nas suas convicções (...) já tinha decidido que era para avançar para Angola, naquela altura nada o fez mudar de ideias (...).”*



### **APÊNDICE 3 – Entrevista ao Sr. Coronel Infantaria Oliveira Marques**

O Coronel Marques esteve no TO de Angola no período compreendido entre 1962 e 1974, no qual desempenhou as funções de Comandante de Companhia de Caçadores, Companhia de Comandos e Adjunto para as Operações no Quartel-General em Luanda.

**Quando questionado sobre a evolução e desempenho das FFAA e dos movimentos respondeu o seguinte:**

*“Tanto os movimentos como as FFAA evoluíram significativamente ao longo da guerra, nomeadamente ao nível organizacional, armamento e forma de actuação. As FFAA tiveram uma curva ascendente e constante até ao final do conflito, onde após a adaptação ao clima, ao terreno e à nova forma de combater nunca mais parou de evoluir, com os resultados que se conheceram, ou seja o domínio militar total do território de Angola. Os movimentos começaram por ser inicialmente pequenos bandos mal organizados, com fraco ou quase nulo enquadramento e armamento rudimentar. Com o evoluir da guerra e com os apoios externos que foram gradualmente recebendo, era notória a sua evolução no terreno. Esta evolução foi ascendente até um determinado ponto e a partir de 1972-1973 verificou-se um decréscimo, à medida que as FFAA começaram a ter um domínio completo do TO. No que refere aos movimentos, o MPLA destacava-se por estar organizado, enquadrado e com melhor armamento. Era nítido que este movimento recebia mais apoios do exterior, nomeadamente da URSS, pois todo o equipamento e armamento usados e que fora capturado pelas FFAA, eram na sua maioria de origem soviética. O apoio da FNLA era efectuado pelos EUA, embora este movimento apresentasse uma inferior organização. A UNITA como dissidente da FNLA, não tinha qualquer apoio externo. Os seus elementos eram vistos com variado tipo de armamento e equipamento, sendo um movimento que passou sempre grandes dificuldades, quer materiais quer humanos.”*

**Ao colocar a questão acerca das acções militares no Norte contra os movimentos, passou a responder o seguinte:**

*“Os acontecimentos do 15 de Março apanharam de surpresa o país, embora as FFAA já previssem este problema antes de ter início. As acções do FNLA iniciaram-se com o 15 de Março, mas só mais tarde, quando a FNLA já organizada e com alguma capacidade para enfrentar as FFAA, é que se iniciam verdadeiramente as hostilidades. O movimento, após o 15 de Março retira para as suas bases no Zaire, e só depois é que vem infiltrar um grupo armado mais ou menos organizado, instalando-se na região dos Dembos, a Norte de Nambuango. Até esta altura eram apenas grupos isolados que*



*actuavam desgarradamente e sem controlo. Foi sensivelmente em 1962 que a partir desta base e com alguma frequência se iniciaram acções contra as FFAA. Apesar de o Norte de Angola já estar reocupado, a região dos Dembos ainda não era controlada pelas FFAA. A FNLA foi alvo de inúmeras acções pelas forças de intervenção e de quadrícula. Por volta de 1964-1965, esta começa a desarticular-se e começa a retirar elementos para a fronteira. A esta situação veio juntar-se o facto de o MPLA infiltrar um grupo numeroso pelo Norte e implantar uma base a Sul de Nambuangongo, dando combate feroz ao FNLA, que já com algum desgaste, acaba por fugir para a fronteira, embora mantivesse espalhados na região grupos isolados. O MPLA instalava-se assim, como movimento dominador na região até 1966 altura em que as FFAA, através da “Operação Nova Luz”, conseguem com que o MPLA se retire da região, deixando apenas pequenos grupos armados. Esta operação foi feita numa conjugação de forças convencionais com forças de intervenção, que não deram descanso ao MPLA. Foi um sucesso e a partir daqui o Norte reocupado, com uma forte presença militar e com os movimentos controlados.”*

**Quando questionado acerca das acções militares no Leste contra os movimentos, respondeu o seguinte:**

*“Entre 1964-1965 o MPLA já andava a “politizar” as populações no Leste de Angola e a tentar implementar as suas bases na Zâmbia, à semelhança da UNITA que a partir de 1965 já andava também por aquela região, a tentar estender as suas influências. Com a retirada dos Dembos, o MPLA instala bases na Zâmbia, e por volta de 1967 começa a infiltrar forças na região do Cazombo. Nesta região o MPLA activava assim a sua III RM e pretendia evoluir para Sul e para Norte, para aí a Norte poder activar a sua IV RM e ligar as duas (III e IV RM), de modo a poder controlar todo o Leste e a partir daí avançar para a capital. No QG em Luanda não se acreditava que a mudança de esforço do MPLA para o Leste fosse tão rápida, acreditava-se, ou melhor, quase toda a gente acreditava que mudassem algumas bases para a Zâmbia, mas que insistissem em reiterar esforços a Norte.*

*Apesar disso foi acautelada a entrada a Leste pelo MPL. As informações já vinham a prever esta mudança de atitude pelo adversário e as FFAA tinham já reforçado aquela região, Cassage e Lusso, entre outras, formando como que uma linha de cintura, para conter qualquer infiltração na região. Mas o esforço das FFAA continua a Norte e só quando se começa a perceber efectivamente que o MPLA já andava perto do rio Luena, isto por volta de 1967-68, é que se começou a mudar o esforço para o Leste e a acreditar realmente que era ali que o adversário tinha que ser combatido e contido, porque a Norte*



estava controlado. A UNITA também começou a sua actividade na região, efectuando alguns ataques, logo em 1966, sofrendo pesadas baixas nos confrontos, com as Companhias de Caçadores, pois estavam mal armados. Inutiliza a linha de caminho de ferro que ia para a Zâmbia, o que lhe vem a provocar problemas com a permanência das suas bases naquele território e tem confrontos violentos com o MPLA pelo domínio da região de Nova Lisboa. A FNLA implanta a Leste a sua 3ª frente e infiltra também alguns grupos na região, mas a sua actuação era esporádica, porque continuava a infiltrar grupos no Norte. As FFAA começam a operar no Leste com grande intensidade por volta de 1968 e 1969. As forças de intervenção, e essencialmente estas, não dão descanso aos movimentos, e a tentativa de ligação das III e IV regiões pelo MPLA não é conseguida. Os movimentos vão combatendo entre si e ao mesmo tempo com as FFAA. A UNITA, de tanta “porrada” levar do MPLA e do FNLA, estava reduzida de efectivos e estrangulada no meio dele. Os outros movimentos, com as acções dos batalhões no terreno e, da “caça” permanente das forças de intervenção e com a ajuda preciosa dos “helis”, foram perdendo o ímpeto, e em 1971-72 já pouco podiam fazer. Os movimentos já não tinham capacidade para continuar a guerra, notando-se que lhes faltavam os apoios externos.”

**Perguntou-se acerca das acções de outros ramos das FFAA contra os movimentos, dando a seguinte resposta:**

“A Força Aérea teve um papel extraordinário na guerra. A sua acção ao longo do conflito foi fundamental para o sucesso das forças terrestre. Efectuaram evacuações em situações extremas e de visibilidade reduzida, debaixo de fogo adversário, com o próprio risco das tripulações e da aeronave. Voaram em todos os “cantos” do território de Angola. Durante as operações a sua utilidade foi crucial; no reconhecimento, no apoio pelo fogo às forças no terreno, nas evacuações e, essencialmente, no apoio às forças de intervenção, que com os Helicópteros puderam actuar em qualquer ponto do TO. O “binómio Helicóptero/Força de Intervenção foi crucial para que muitas das operações destas forças tivessem êxito.”

**Quando questionado acerca da razão da saída do MPLA do Zaire para o Congo Brazzaville, respondeu o seguinte:**

“A razão é simples, o Zaire sofreu pressões externas, fundamentalmente dos EUA, para não aceitar a presença de um movimento, apoiado pela URSS, enquanto tinha no país um movimento, a quem devia reconhecer e dar apoio incondicional.” Facto este que veio a acontecer, sendo o MPLA expulso do Zaire e indo instalar-se em Brazzaville, enquanto o FNLA mantém a suas bases e é apoiado pelos EUA, via Zaire.”



## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Mapa de ANGOLA em 1960.....	Anx A-1
ANEXO B - Mapa das Etnias de Angola.....	Anx B-1
ANEXO C - Acções da UPA em 15 e 16 Março de 1961.....	Anx C-1
ANEXO D - Reocupação Militar do Norte de ANGOLA.....	Anx D-1
ANEXO E - Regiões Militares em 1960.....	Anx E-1
ANEXO F - Regiões Militares em 1962.....	Anx F-1
ANEXO G - Implementação das Regiões Militares do MPLA.....	Anx G-1
ANEXO H - Região de influência da UNITA.....	Anx H-1
ANEXO I - Ofensiva no Leste de Angola pelo MPLA.....	Anx I-1
ANEXO J - Rota Agostinho Neto.....	Anx J-1
ANEXO K - Operação Viriato.....	Anx K-1
ANEXO L - Dispositivo das Forças portuguesas no TO de 1961 até 1974.....	Anx L-1
ANEXO M - Dispositivo Naval 1970 Angola.....	Anx M-1
ANEXO N - Dispositivo da Força Aérea.....	Anx N-1
ANEXO O - Implantação dos movimentos em 1974.....	Anx O-1



## ANEXO A - Mapa de ANGOLA em 1960



Figura A-1 – Mapa de ANGOLA em 1961

Fonte: CECA, (1988) Resenha Histórico -Militar das Campanhas de África 1961-1974, Enquadramento Geral, 1ºVol.  
Lisboa: Edições EME



## ANEXO B- Mapa das Etnias de Angola



**Figura B-1 – Etnias de ANGOLA**

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO C -Ações da UPA em 15 e 16 Março de 1961



Figura C- 1 – Regiões atacadas pela União dos Povos Africanos

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO D - Reocupação Militar do Norte de ANGOLA

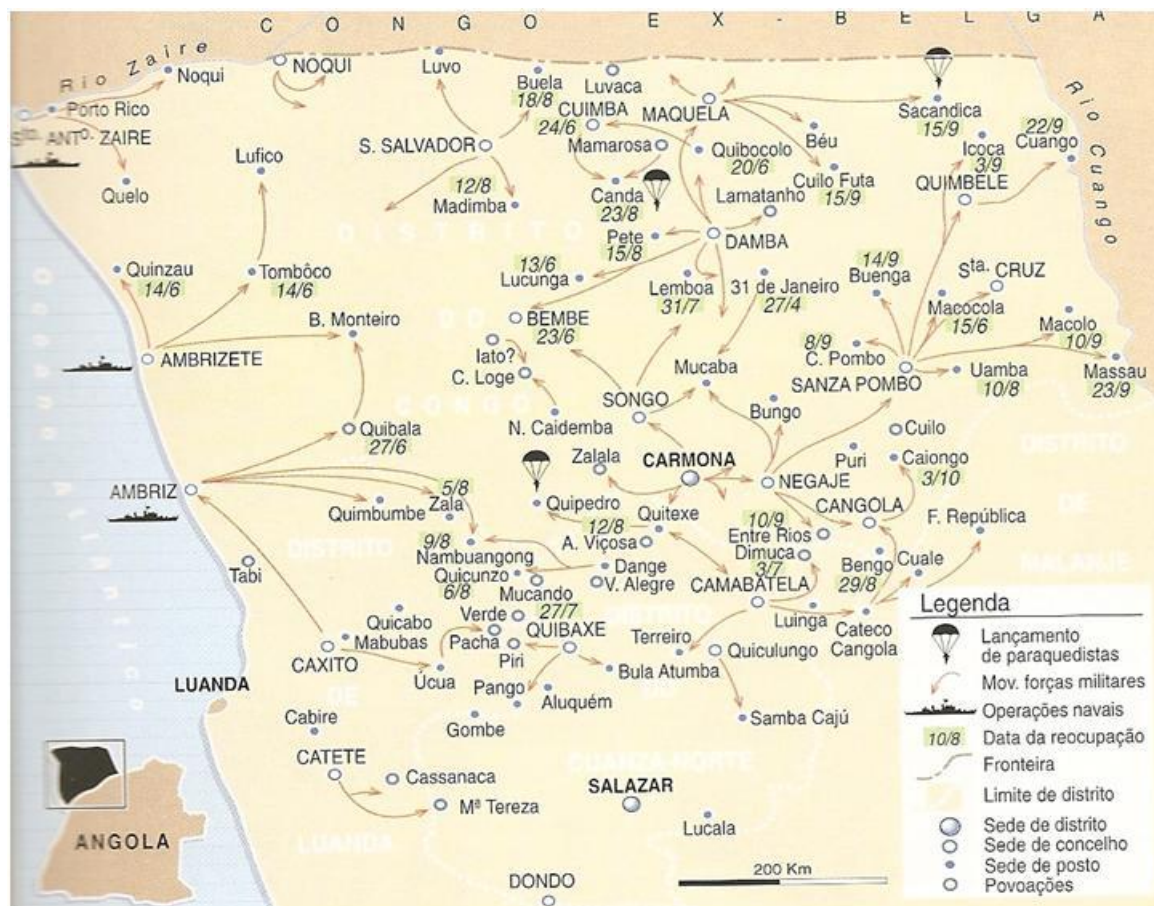
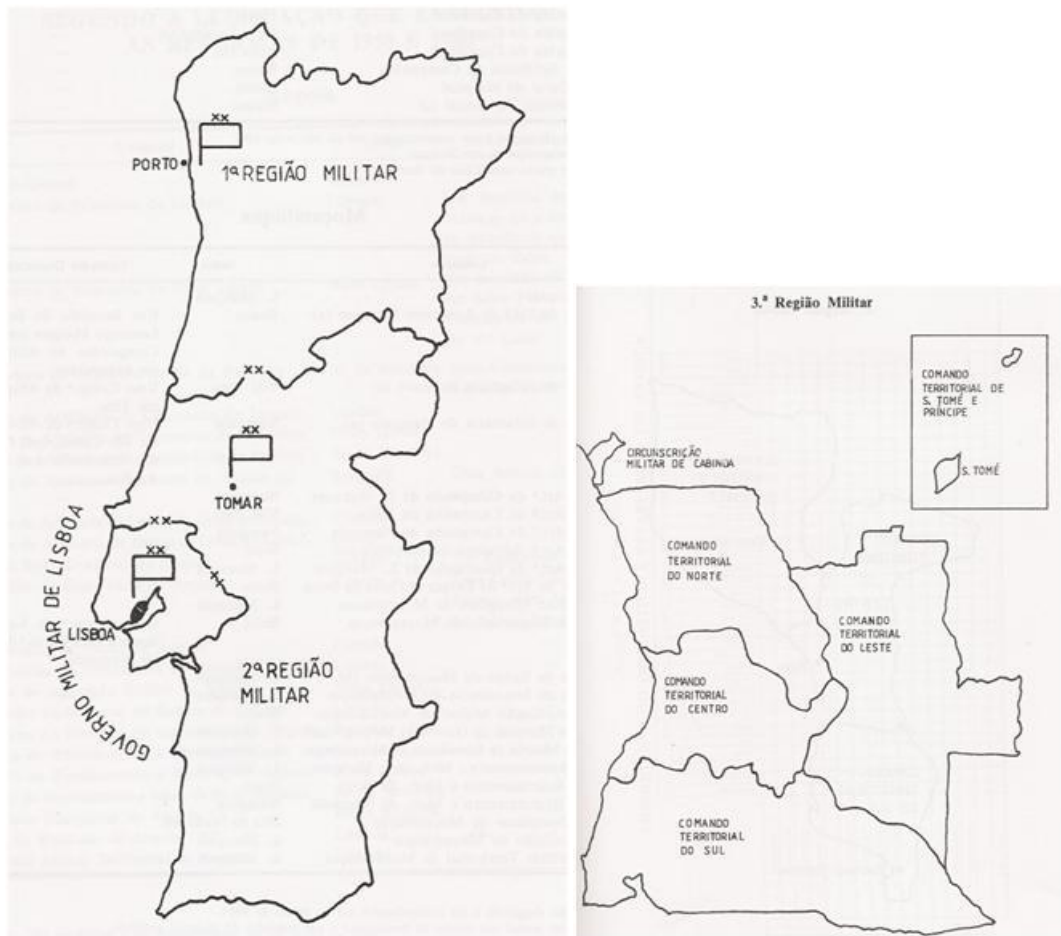


Figura D-1 – Reocupação militar do norte de ANGOLA

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Notícias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO E- Regiões Militares em 1960

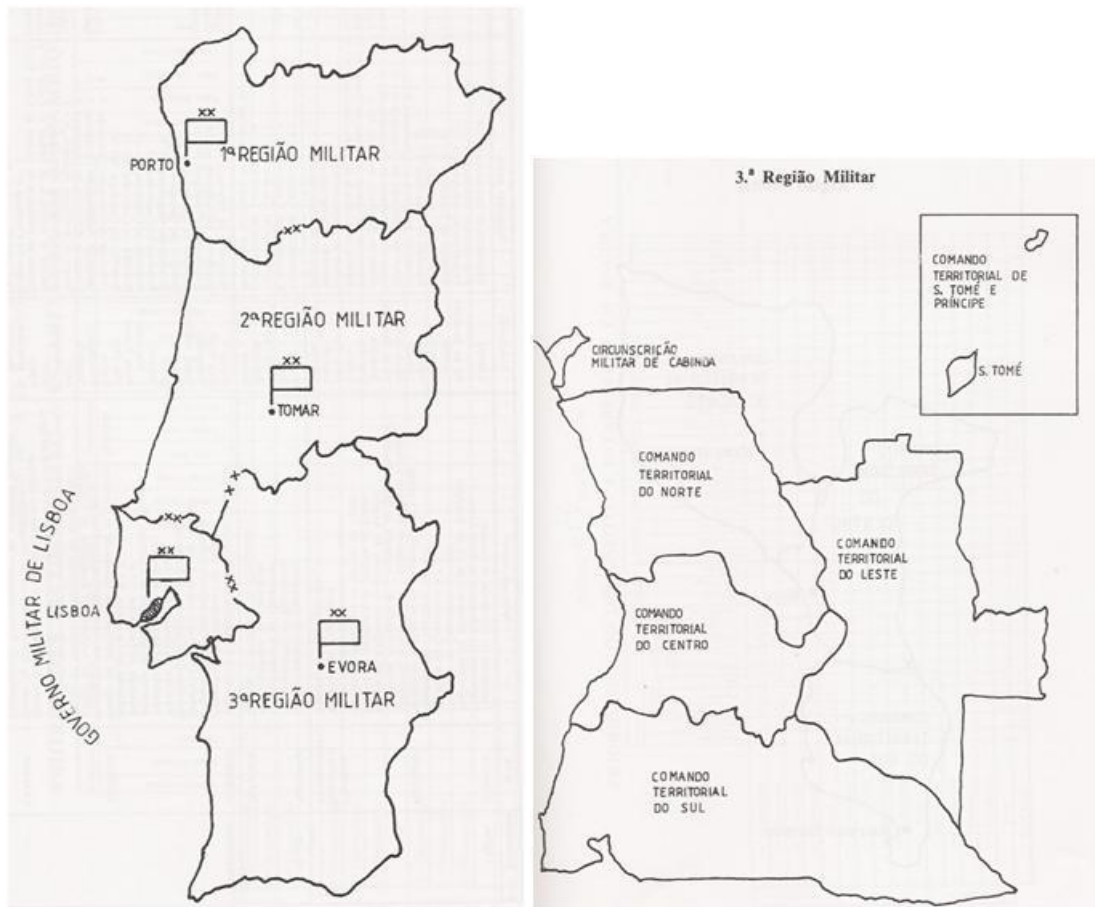


**Figura E-1 – Regiões Militares**

Fonte: CECA, (1997) Resenha Histórico -Militar das Campanhas de África 1961-1974, Dispositivo das Nossas Forças Angola, 2ºVol. Lisboa: Edições EME



## ANEXO F – Regiões Militares em 1962

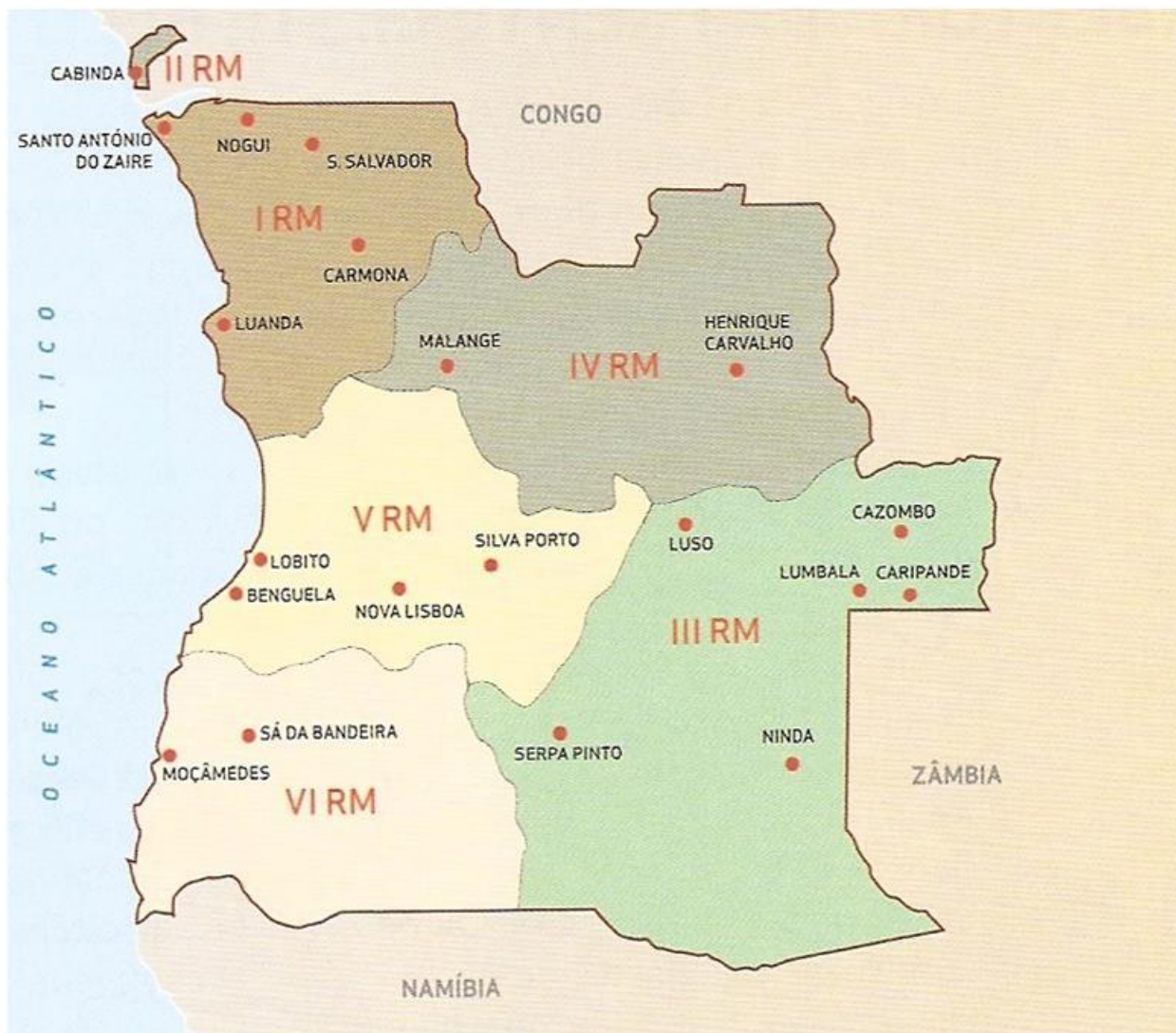


**Figura F-1 – Regiões Militares**

Fonte: CECA, (1997) Resenha Histórico -Militar das Campanhas de África 1961-1974, Dispositivo das Nossas Forças Angola, 2ºVol. Lisboa: Edições EME



## ANEXO G - Implementação das Regiões Militares do MPLA



**Figura G-1 – Regiões Militares do MPLA**

Fonte: BARATA, Manuel T, TEIXEIRA, Nuno S., (2004). Nova Historia Militar de Portugal. Volume IV Lisboa: Edição Industria Gráfica. ISBN 972-42-3071-6



## ANEXO H – Região de influência da UNITA

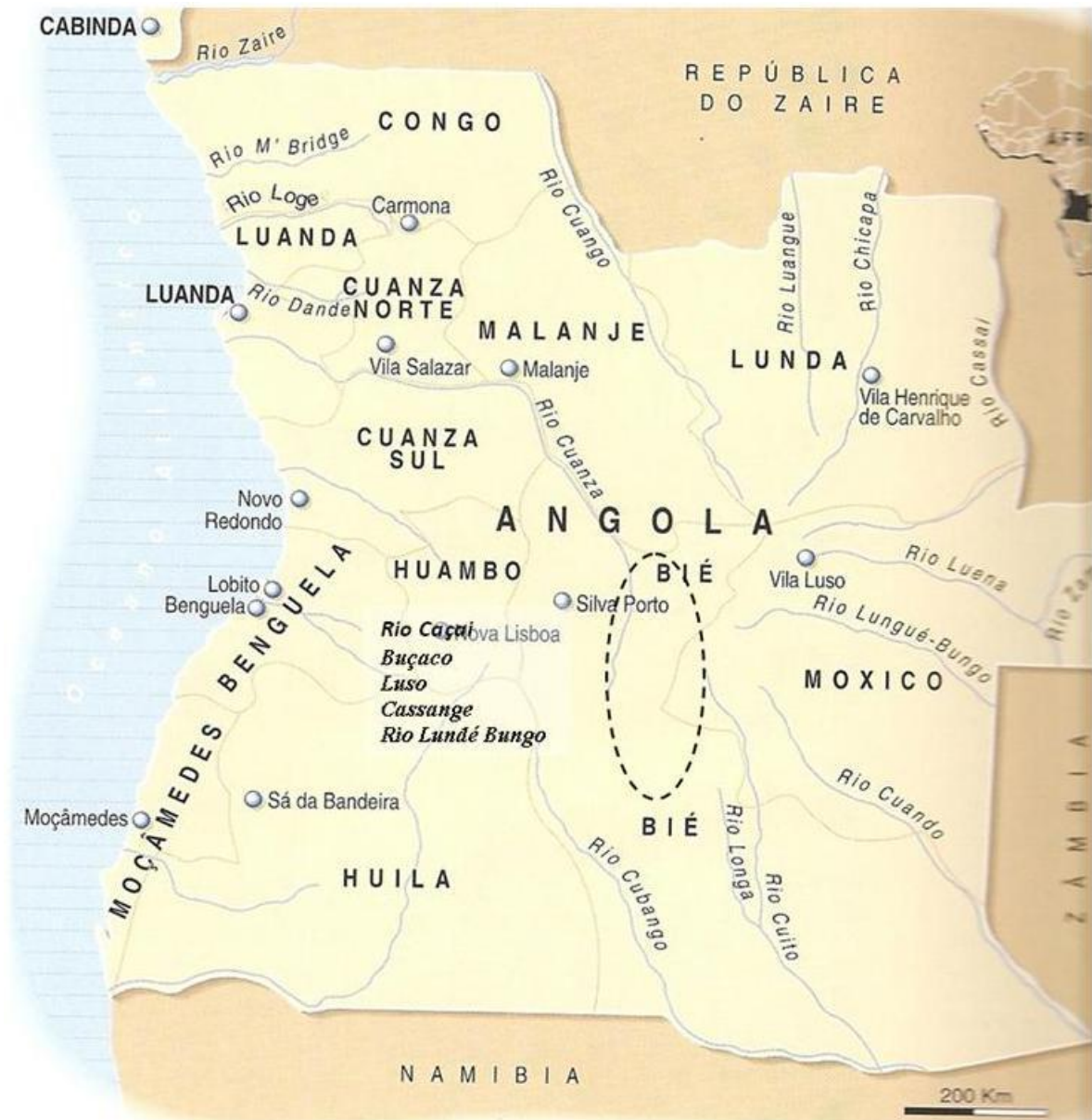


Figura H-1 – Região da UNITA

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO I - Ofensiva no Leste de Angola pelo MPLA

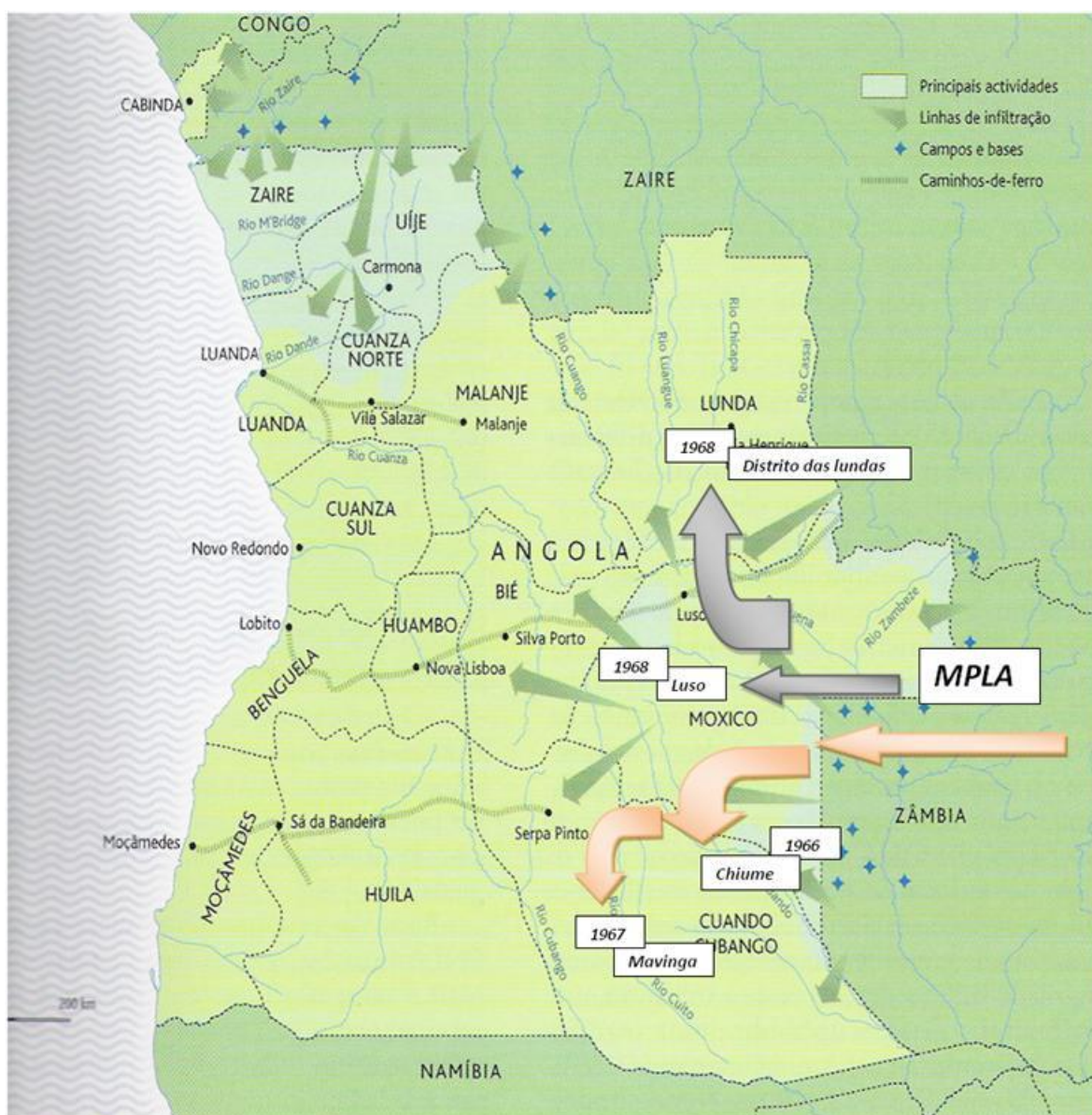
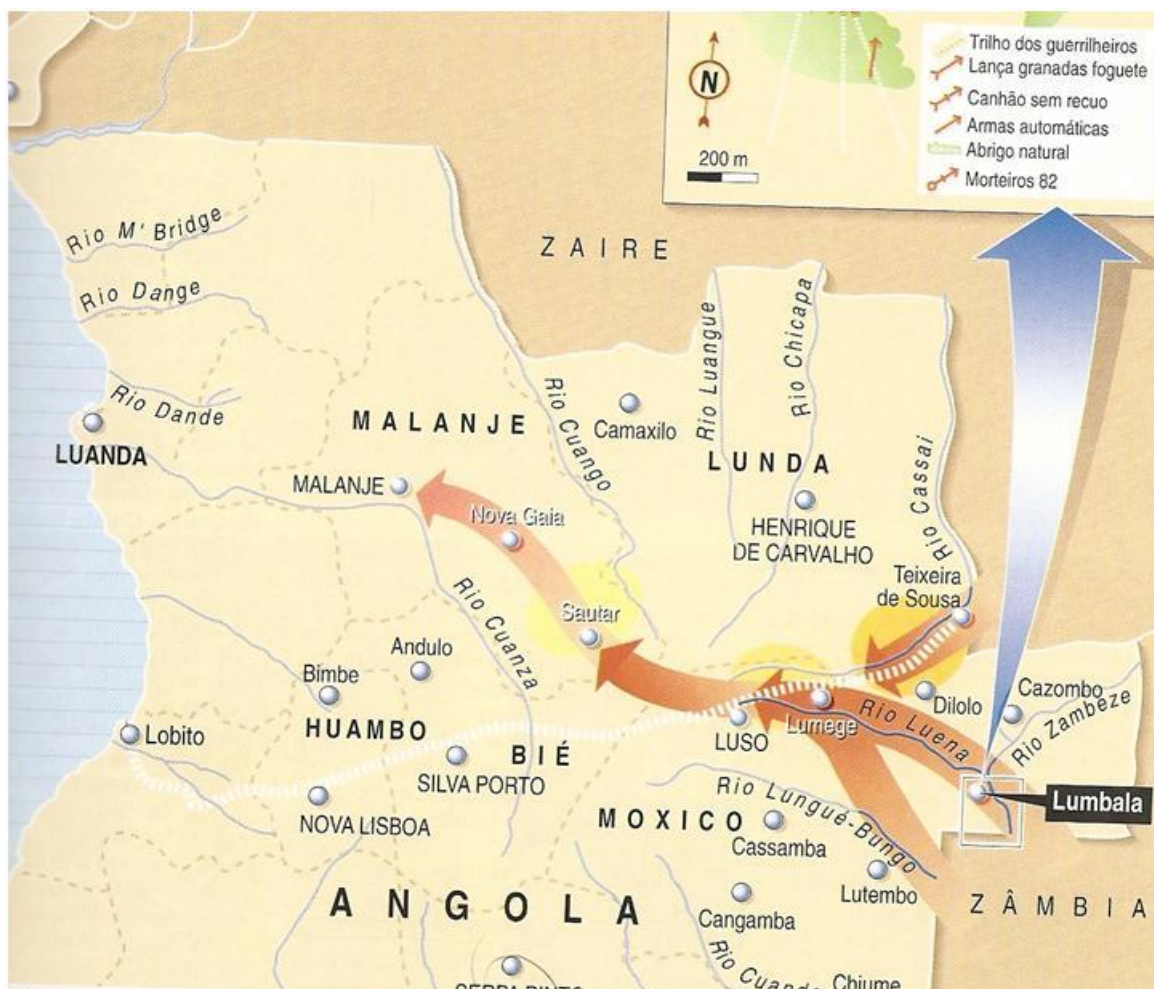


Figura I-1 – MPLA – Ofensiva no LESTE

Fonte: BARATA, Manuel T, TEIXEIRA, Nuno S., (2004). Nova História Militar de Portugal. Volume IV Lisboa: Edição Industria Gráfica. ISBN 972-42-3071-6



## ANEXO J - Rota Agostinho Neto



**Figura J-1 – Rota Agostinho Neto**

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO K - Operação Viriato



Figura K-1 – Operação VIRIATO

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2009). Os Anos da Guerra Colonial. Volume 2. Lisboa: Edição QUIDNOVI. ISBN 978-989-554-424-0

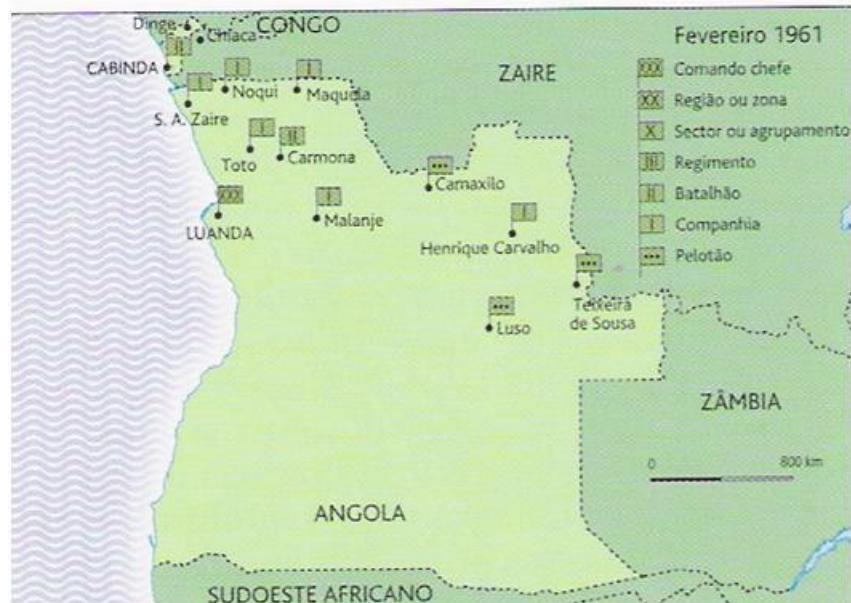
### Missão

“O Comando do Sector 3 recebeu a missão de:

- Reduzir os bandos rebeldes e interditar a sua passagem para sul e para este, tendo especial atenção à área de Nambuanguongo - Quipedro;
- Manter a posse das principais regiões ou centros;
- Assegurar a liberdade de movimentos, em especial nos eixos Caxito-Úcuá-Quitexe; Caxito-Nambuanguongo e Ambriz-Nambuanguongo-Quitexe;
- Reagrupar, proteger e orientar a instalação das populações;
- Exercer acção psicossocial.” (Afonso, Gomes, 2000:48)

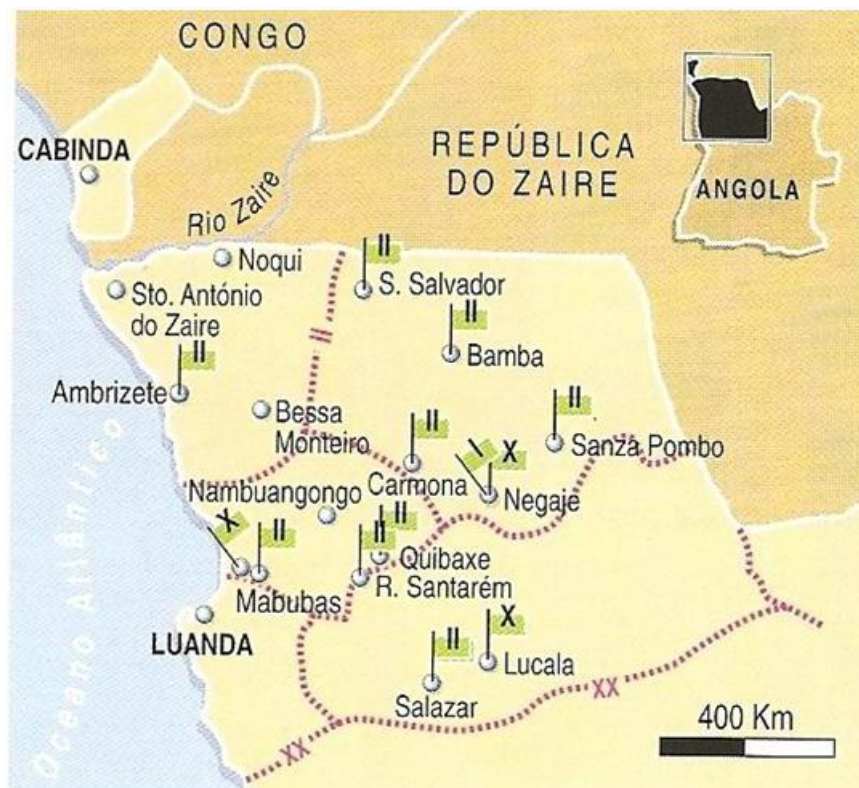


## ANEXO L - Dispositivo das Forças portuguesas no TO de 1961 até 1974



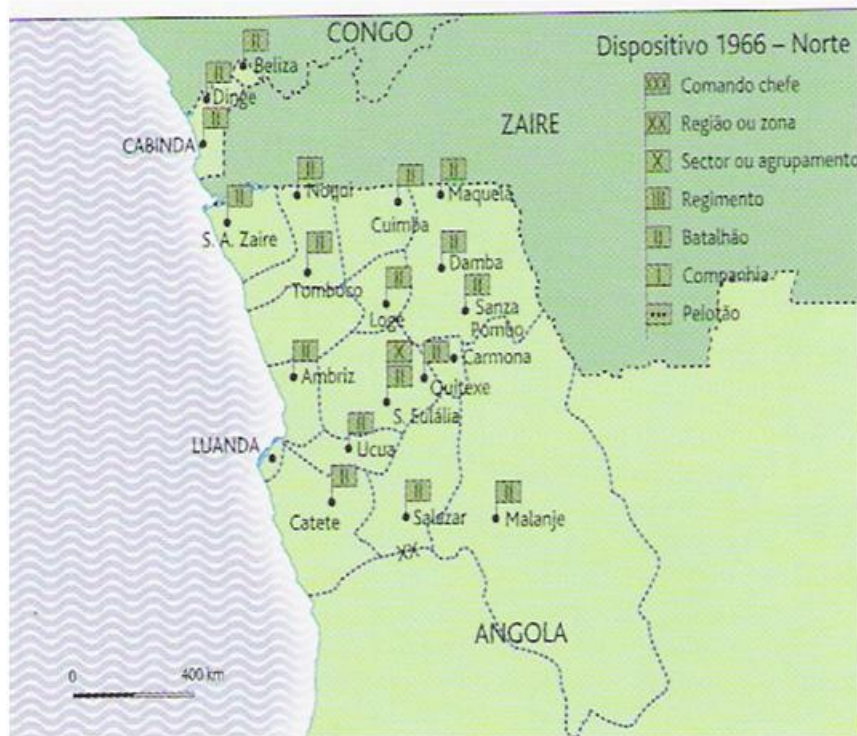
**Figura L-1 - Dispositivo de forças em Fevereiro 1961**

Fonte: BARATA, Manuel T, TEIXEIRA, Nuno S., (2004). Nova História Militar de Portugal. Volume IV Lisboa: Edição Industria Gráfica. ISBN 972-42-3071-6



**Figura L-2 - Dispositivo de forças em Julho 1961**

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2009). Os Anos da Guerra Colonial. Volume 2. Lisboa: Edição QUIDNOVI. ISBN 978-989-554-424-0



**Figura L-3 - Dispositivo de forças em 1966**

Fonte: BARATA, Manuel T, TEIXEIRA, Nuno S., (2004). Nova História Militar de Portugal. Volume IV Lisboa: Edição Industria Gráfica. ISBN 972-42-3071-6



**Figura L-4 - Dispositivo de forças em 1971**

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2009). Os Anos da Guerra Colonial. Volume 2. Lisboa: Edição QUIDNOVI. ISBN 978-989-554-424-0

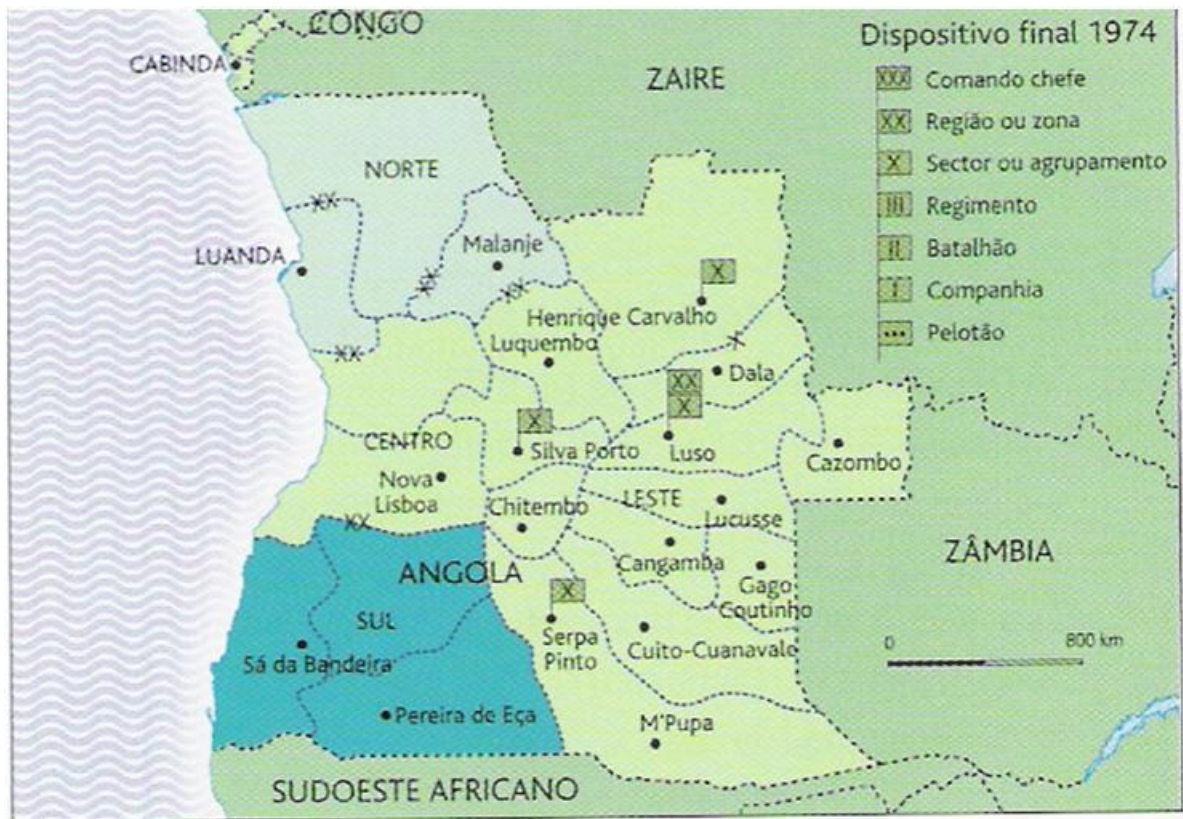


Figura L-5 - Dispositivo de forças em final de 1974

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2009). Os Anos da Guerra Colonial. Volume 2. Lisboa: Edição QUIDNOVI. ISBN 978-989-554-424-0



## ANEXO M - Dispositivo Naval 1970 Angola



Figura M-1 - Dispositivo naval

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO N - Dispositivo da Força Aérea

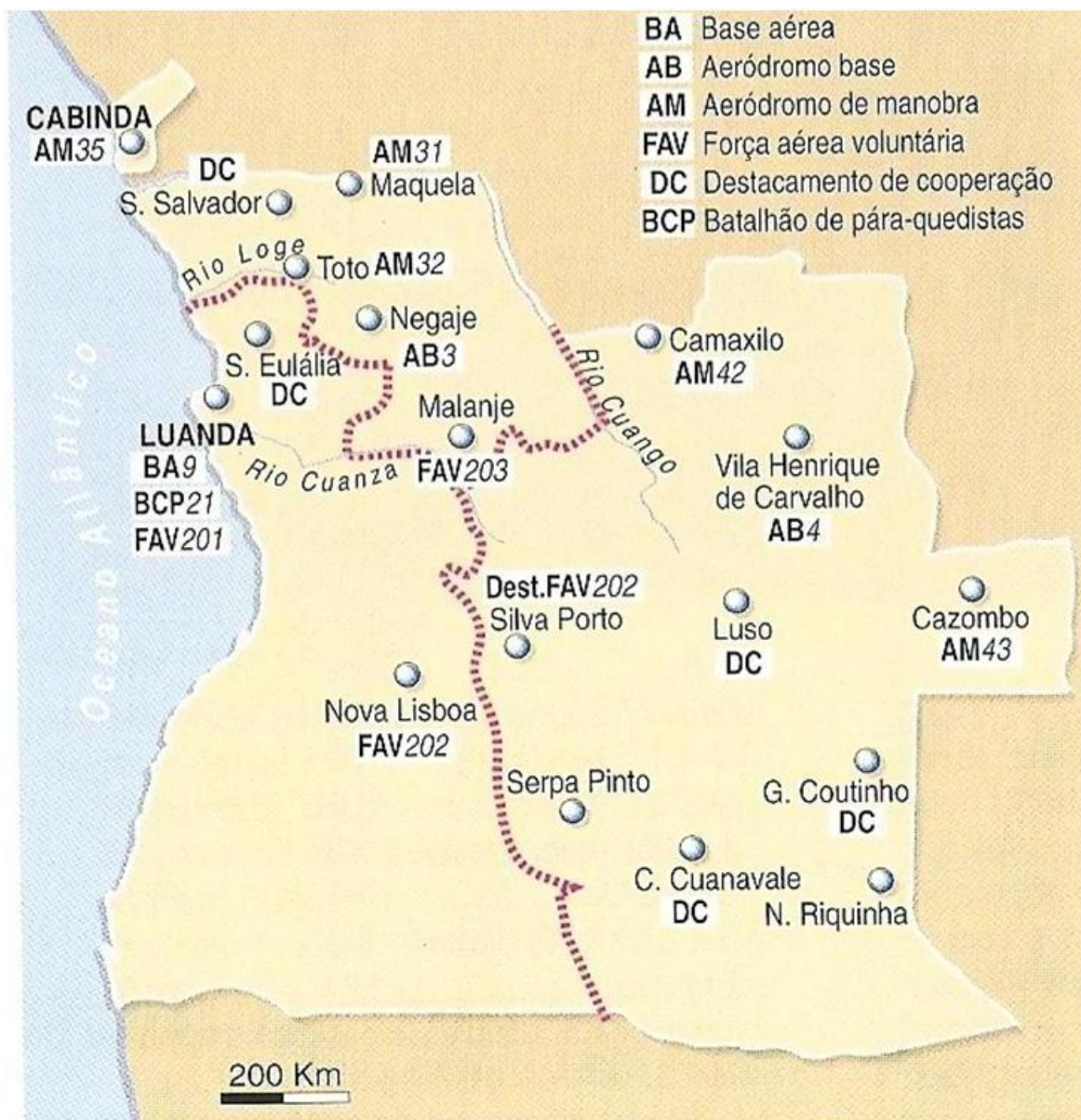
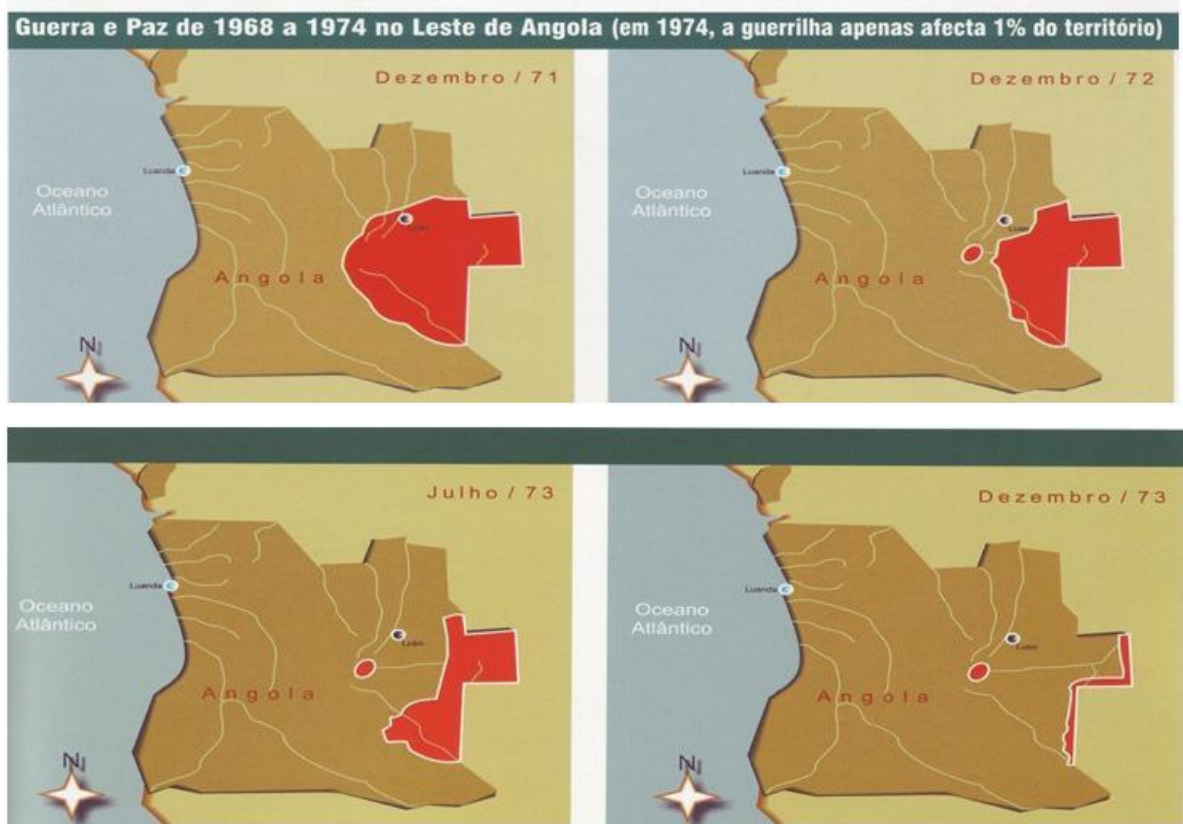


Figura N-1 - Dispositivo da Força Aérea

Fonte: AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos, (2000). A Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição Editorial Noticias. ISBN 972-46-1192-2



## ANEXO O – Implantação dos movimentos final da Guerra



**Figura O- 1 – Dispositivo dos movimentos em 1974**

Fonte: ANTUNES, José (1997) *A Guerra de África 1961-1974*, Edições Temas e Debates